

FACULDADE VALE DO CRICARÉ
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL

CLIZANTO ANACLETO GOMES

**PRODNORTE: Cooperação e Estratégias de Desenvolvimento
Regional**

São Mateus
2015

CLIZANTO ANACLETO GOMES

**PRODNORTE: Cooperação e Estratégias de Desenvolvimento
Regional**

Dissertação apresentada à Faculdade Vale do
Cricaré para obtenção do título de Mestre em
Gestão Social, Educação e Desenvolvimento
Regional.

Área de concentração: Gestão Social

Orientador: Prof. Dr. Douglas Cerqueira
Gonçalves

São Mateus
2015

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na publicação
Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional
Faculdade Vale do Cricaré – São Mateus - ES

G633p

Gomes, Clizanto Anacleto.

PRODNORTE: cooperação e estratégias de desenvolvimento regional / Clizanto Anacleto Gomes – São Mateus - ES, 2015.

66 f.: il.

Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional) – Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus - ES, 2015.

Orientação: Prof. Dr. Douglas Cerqueira Gonçalves.

1. Desenvolvimento regional. 2. Rede de cidades. 3. PRODNORTE. I. Título.

CDD: 338.9

CLIZANTO ANACLETO GOMES

**PRODNORTE: COOPERAÇÃO E ESTRATÉGIAS DE
DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional da Faculdade Vale do Cricaré (FVC), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional, na área de concentração Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional.

Aprovado em 23 de Setembro de 2015.

COMISSÃO EXAMINADORA



Prof. Dr. DOUGLAS CERQUEIRA GONÇALVES
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)
Orientador



Prof. Dr. LILIAN PITTOL FIRME DE OLIVEIRA
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)



Prof. Dr. KEYDSON QUARESMA GOMES
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

À minha esposa e filhas, com amor e gratidão pela compreensão, carinho, presença e incansável apoio ao longo do período de elaboração deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

À Deus, pela saúde e oportunidade de realizar este projeto de vida;

À minha esposa e filhas pelo apoio e compreensão;

Ao Prof. Dr. Douglas Cerqueira Gonçalves, que nos momentos de convivência, muito me ensinou, contribuindo para meu crescimento científico e intelectual.

À Prof^a. Dr^a. Lilian Pittol Firme de Oliveira, pela atenção e apoio durante o processo de definição e orientação.

RESUMO

GOMES, Clizanto Anacleto. **PRODNORTE: Cooperação e Estratégias de Desenvolvimento Regional**. 2015. 105p. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional), Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus, 2015.

O presente trabalho de pesquisa aborda uma análise de atuação do consórcio Prodnorte, no extremo norte capixaba procurando identificar o alcance do objetivo principal do consórcio, pois o mesmo está pautado no desenvolvimento sustentável do extremo norte do estado do Espírito Santo. Para realizar este estudo foi necessária uma busca de informações históricas dos municípios participantes deste bloco de cidades, identificando suas potencialidades, características sócio culturais, analisando a eficiência dos projetos propostos para o desenvolvimento sustentável da região. Assim fez-se um estudo no âmbito do desenvolvimento, baseado na cooperação entre os municípios, e o que está sendo realizado para o sucesso desta região. Foram considerados aspectos de projeção através do Plano Estratégico do Estado do Espírito Santo ES 2030, que entre outros serviu de base para o entendimento de Rede de Cidades e as percepções do PRODNORTE como instituição chave para o desenvolvimento regional do extremo norte do estado, contudo, eximindo-se do seu papel de protagonista do processo.

Palavras-chave: Desenvolvimento Regional, Rede de Cidades, Prodnorte.

ABSTRACT

GOMES, Clizanto Anacleto. **PRODNORTE: Cooperation and Regional Development Strategies**. 2015. 105p. Dissertation (Professional Masters in Social Management, Education and Regional Development), Faculty Valley Cricaré, Matthew, 2015.

The present research work addresses an analysis of the performance of Prodnorte consortium in the extreme north of Espírito Santo, seeking to identify the scope of the main objective of the consortium, because it is guided in the sustainable development of the northern end of the state of Espírito Santo. To conduct this study will require a search for historical information of the participating municipalities of this city block, identifying their potential, socio-cultural characteristics, analyzing the efficiency of the projects proposed for the region's sustainable development. So did a study in development, based on cooperation between the municipalities, and what is being done for the success of this region. Considered projection aspects through the State's Strategic Plan of the Espírito Santo ES 2030, which among others will serve the basis for the Cities Network of understanding and PRODNORTE perceptions as a key institution for regional development in the north of the state. However, excusing himself from his starring role in the process.

KEYWORDS: Regional Development, Cities Network, Prodnorte.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 CIDADES, SUAS DIFERENÇAS E CARACTERÍSTICAS	16
1.1 CIDADE	16
1.2 METROPOLE	17
1.3 REDES	18
1.4 DAS CIDADES, PARA AS REDES DE CIDADES	18
1.5 REDE URBANA BRASILEIRA	19
1.6 DESENVOLVIMENTO REGIONAL	20
1.7 ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS	21
1.8 DESENVOLVIMENTO EM BLOCO	23
2 REGIONALIZAÇÃO	24
2.1 PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO 2025	25
2.2 CONTEXTO ATUAL DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO NORTE DO ESPÍRITO SANTO	30
2.3 INFORMAÇÕES DOS MUNICÍPIOS QUE PERTENCEM AO CONSÓRCIO PRODNORTE	32
2.3.1 População	32
2.3.2 Indicadores de Mercado de Trabalho	33
2.3.3 Distribuição Setorial da População Ocupada em percentual (%)	34
3 PRODNORTE	35
3.1 DESTAQUES ECONÔMICOS E AMBIENTAIS	36
3.2 MARCO INICIAL DO CONSÓRCIO PRODNORTE	38
3.3 HISTÓRICO DOS PROJETOS	40
3.4 ANÁLISE E DISCURSÃO DOS RESULTADOS	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
REFERÊNCIAS	50
APÊNDICE A	52
APÊNDICE B	55

INTRODUÇÃO

Com o crescimento econômico observado nas últimas décadas, tem-se valorizado a construção de políticas públicas de médio e de longo prazo, no âmbito das mesmas tem assumido relevância a construção de políticas públicas, que envolvem a união e cooperação de municípios na busca de interesses comuns. Considerando a junção de forças dos municípios envolvidos, os agrupamentos como consórcio ou até mesmo as redes de cidades podem se inter-relacionar em nível global, regional ou até dentro de um mesmo país (MENEGETTI NETO, 2005).

Atualmente, a necessidade de abordagens multidisciplinares para a identificação de aspectos como potencialidades, vocações, estrangulamentos e problemas regionais e locais, bem como demandas por ações para as quais convergem aspectos econômicos, sociais, educacionais e ambientais, tendo em vista atuar sobre estes aspectos, impôs uma realidade demasiadamente complexa e carente de respostas, onde encontrar a solução de forma isolada fica muito complexo, em um universo que depende de tantos fatores inter-relacionados.

Como consequência, diversos ministérios e organizações subordinadas aos governos federal, estadual e municipal têm se envolvido com a questão do desenvolvimento (e planejamento) regional/local. Existe assim um comportamento cada vez mais focado em desenvolver com qualidade, e compromisso junto as bases fundamentalistas, o aspecto social, visão ambiental e sustentável. A rede urbana de um país reflete em grande medida o nível de integração dos sistemas produtivo, financeiro e sociocultural em seu território (CORRÊA, 2006).

Cada região tem suas peculiaridades, quanto a elementos, cultura, economia, sociedade, enfim, quanto ao que compreende a sua realidade. Quando esta realidade está aquém do patamar que se almeja atingir, buscam-se caminhos para que se alcance o desejado. Um dos meios para se pensar o futuro é conhecer o presente, traçar um diagnóstico da situação, encontrar os “nós” dos problemas e, assim, criar um planejamento para a transformação. Já, uma das formas para se entender o

presente é compreender o passado, entender a possível raiz dos problemas.

Nos dias atuais tem-se observado na literatura especializada de economia, das áreas de Planejamento Regional e Urbano e da Economia Industrial um crescente interesse pelas discussões acerca das aglomerações produtivas de pequenas e médias empresas (COSTA, 2010).

Desta forma, conhecer a história do Espírito Santo e também os projetos futuros traçados pelos governos, nos ajuda a compreender o caminho que se quer percorrer para alcançar o desenvolvimento desejado para uma região que ao longo do anos ficou esquecida e sem investimento. Os municípios do extremo norte capixaba, apresentam um desenvolvimento numa velocidade menor do que as cidades concentradas mais próximos aos grandes centros urbanos do estado, assim sendo, buscar o desenvolvimento valorizando as potencialidades de cada município criando uma abrangência significativa, através de uma postura de cooperativa entre os municípios, pode ser o caminho para um desenvolvimento consolidado e sustentável.

O desenvolvimento sustentado baseado em cooperação, começou a surgir pós segunda guerra mundial, quando alguns países começaram a desenvolver relações e atividades para reforçar a amizade e a cooperação entre os povos, dando origem a cooperação descentralizada.

A cooperação descentralizada é definida como um novo enfoque das relações de cooperação que busca estabelecer relações diretas com os órgãos de representação local e estimular suas próprias capacidades de projetar e levar a cabo iniciativas de desenvolvimento com a participação direta dos grupos de população interessados, levando em consideração seus interesses e seus pontos de vista sobre o desenvolvimento (ROMERO, 1986).

A necessidade de crescer e desenvolver, é um desafio da região norte do estado do Espírito Santo. Um cenário que se apresenta muito positivo é a união dos municípios, a fim de somar forças na criação de projetos conjuntos que possam viabilizar recursos de forma programada e sistêmica, numa estratégia regional. É notório que a região possui características e potencialidades econômicas-sociais que precisam ser exploradas e se faz necessário uma atenção por parte de todos os governantes. Tentar buscar vantagens neste universo de forma individual não parece ser uma postura que garanta sucesso no contexto do desenvolvimento da região. Então

direcionar e concentrar os esforços em um universo maior através de uma política estruturante voltada para a desenvolvimento regional surge como uma possibilidade bastante real, uma vez que foi possível observar neste trabalho que esta postura alavancou o desenvolvimento em diversas regiões do mundo e também no Brasil. Assim é importante valorizar a postura de união de municípios como uma forma de caminhar no sentido de crescimento, ganhando visibilidade no cenário econômico do estado e do País.

Assim, um processo tardio mas oportuno, observa-se então, uma postura positiva na indicação do desenvolvimento da região norte do estado do Espírito Santo, que foi a criação do Consórcio de Municípios, o Prod Norte. Este consórcio nasce no sentido de promover o desenvolvimento, pois tem em seu plano a unificação de interesses de desenvolvimento de uma região, e a sua criação e surgimento apontam para algo que servirá de base para o crescimento da região.

O consórcio Prod Norte foi lançado no ano de 2008, no II Fórum de Desenvolvimento Regional Sustentável do Extremo Norte Capixaba, no entanto só foi oficializado no ano de 2009. Na ocasião foi lançado oficialmente para a comunidade regional o Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Sustentável do Extremo Norte (Consórcio Prod Norte). O instrumento de cooperação foi apontado como um dos itens prioritários pelos participantes do I Fórum, realizado em maio de 2007, em Montanha (ES). O acontecimento contou com a participação de representantes dos três setores da sociedade que, a partir da manifestação de conhecimentos e anseios, levantaram de forma coletiva 39 Projetos Finalísticos para a região - a partir de potencialidades, problemas e propostas. O Consórcio Prod Norte tem como objetivo realizar ações conjuntas nos municípios que integram o grupo (INSTITUTO ECOS, 2007).

A região do Extremo Norte do Espírito Santo é susceptível a processos de desertificação. O local é caracterizado por Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) baixo, migração de mão-de-obra ativa e poucos atrativos econômicos, o que tem levado os governos municipal, estadual, federal e o Sebrae/ES a proporem ações e projetos que busquem o desenvolvimento econômico, social e ambiental da região, ações essas que são potencializadas com a união de forças dos municípios

participantes. Esta iniciativa prospecta para a região um ganho de recursos que será estudada neste trabalho, a fim de direcionar o melhor aproveitamento deste novo cenário político regional.

O Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional Sustentável do Extremo Norte Capixaba (Consórcio Prodnorte), foi criado como uma ação estratégica voltada para o desenvolvimento econômico regional, combate à desertificação, recuperação ambiental, potencialização turística e implantação de projetos com objetivo de melhorar a geração de renda e da qualidade de vida no campo e na cidade. Inicialmente faziam parte do Prodnorte os municípios de Ecoporanga, Montanha, Mucurici, Ponto Belo, Pinheiros, Boa Esperança, Pedro Canário e Conceição da Barra e depois veio a integrar o consórcio os municípios de São Mateus, Jaguaré e Nova Venécia totalizando assim um total de 11 municípios (INSTITUTO ECOS, 2007).

As relações entre os municípios constituem as redes de cidades. Essas relações ocorrem através das ligações rodoviárias e aéreas entre as cidades. Dessa forma, essas cidades comunicam-se entre si, gerando o deslocamento de pessoas, bens e serviços. Atualmente, essas redes podem também ser formadas por deslocamentos virtuais, sobretudo, pela internet, a rede de cidade busca uma distribuição menos desigual da população e das atividades econômicas.

O desenvolvimento das redes de cidades tem sido um assunto muito discutido entre as autoridades municipais, percebe-se um comportamento cada vez mais comum entre os governantes e responsáveis pelo desenvolvimento dos municípios em promover um crescimento com características muito bem estruturadas capaz de fomentar o crescimento sustentável com bases sólidas, estruturando as cidades para que as mesmas apresentem cada vez mais um cenário capaz de ser inovador e sustentável. As bases para este desenvolvimento incluem objetivos e metas baseados em valores bem estruturados, capacitando os municípios para que estes incluam em seus projetos a inclusão social vinculado a importância de possuir um polo competitivo. Esses pontos precisam alimentar o principal objetivo de pensar em desenvolvimento em rede, que é o Equilíbrio Regional.

Desta forma este trabalho se justifica, pela fato de proporcionar uma análise de um projeto de desenvolvimento regional, através do consórcio Prod Norte, onde serão verificadas as oportunidades buscando identificar pontos de melhorias. Identificar os pontos fortes de cada município e ser capaz de explorar as potencialidades já identificadas e trabalhar os pontos de fragilidade para que todos os municípios recebam os recursos necessários para a promoção e desenvolvimento de projetos essenciais.

A Região do Extremo Norte Capixaba, apesar de possuir inúmeros setores para exploração industrial, não conseguiu ao longo dos anos captar recursos e ser capaz de se posicionar no cenário estadual e nacional como um polo produtivo e inovador. É comum observar em todos os municípios uma postura estática e sem expressão industrial. Como explicar ou entender que apesar de possuir condições favoráveis com características individualizadas, e potenciais de exploração, esta região se apresenta sem nenhuma força política e governamental.

Ao longo dos anos porém, os municípios que ficaram à margem deste desenvolvimento foram desenvolvendo seus parques produtivos com um foco local e com pouco ou nenhum recurso para que fossem capazes de se desenvolver, ficando claro a falta de uma política planejada e apoio governamental que uma movimento como este requer. Cada município de forma individual e aleatório foi ao longo do tempo explorando as suas potencialidades e crescendo em um ritmo bastante lento, em comparação ao que se observa na capital e nos municípios pertencentes à região da Grande Vitória. A Região norte e noroeste do Espírito Santo, foi ao longo do tempo, apresentando-se como uma região rica em recursos naturais, posicionando fortemente na agricultura e não perdeu traços culturais que a região desenvolveu aos longos dos anos. Os desafios para esta região são enormes, pois os cenários apesar de promissor ainda se mostram muito longe de apresentar um crescimento adequado ou esperado para uma região com potenciais econômicos consideráveis.

Observa-se que o governo do estado, através de seus planos de desenvolvimento como “ES 2025” e na sua versão mais atualizada “ES 2030”, já direciona para um desenvolvimento unificado da região. O Grande problema não está na falta de

perspectivas de ganhos que a região oferece, mais tentar entender que uma política regionalizada bem planejada com o devido apoio e incentivos governamentais, fortalecerá os municípios aglomerados, tornando os mesmos em uma forte região produtiva, valorizando os arranjos produtivos locais, organizando os mesmos em uma rede de negócios que torne viável o investimento por parte de empresários pautados em uma crescimento sustentável, inovador, rentável e com bases sólidas, provendo uma melhor condição de vida para as pessoas que vivem nestes municípios.

Este estudo está direcionado em responder a seguinte pergunta: Como o Consórcio Prodnort pode contribuir para fortalecer o desenvolvimento do extremo norte do Espírito Santo?

Desta forma o objetivo geral deste trabalho, é analisar a funcionalidade da rede, a importância desta para a região, os resultados atingidos até agora e os prós e contras para o fortalecimento da rede.

A região estudada, caracteriza-se por ser um espaço homogêneo sob um determinado aspecto predominante, identificado como objeto de análise, mesmo que, sob outros aspectos, contemple características diversas.

A seguir, destacam-se os objetivos específicos que contribuem com a pesquisa:

- Descrever a região de alcance Prodnorte,
- Apontar a progressão do desenvolvimento da região através do Prodnorte
- Identificar problemas que dificulta a manutenção do consórcio bem como impedimentos à execução dos projetos definidos como estratégicos para a região;
- Demonstrar através de dados exploratórios os ganhos que o consórcio proporcionou para a região;
- Verificar o grau de participação dos municípios.

Este estudo tem característica qualitativo com uma análise de levantamento de dados bibliográficos acrescidos de dados da pesquisa aferida através de um questionário de

perguntas abertas, aplicadas à secretária executiva do consórcio de municípios. A metodologia utilizada para a formação deste trabalho foi um estudo de caso.

Ao desenvolver uma reflexão sobre Rede de Cidades e desenvolvimento Regional, é de extrema relevância revisitar alguns referenciais teórico-conceituais a respeito de temas, tais como, cidade, polo, metrópole, redes, região, entre outros, visto que são assuntos complementar e que cuja construção está inter-relacionada.

O sujeito desta pesquisa é o Consórcio Prodnorte. O estudo foi organizado em quatro capítulos: no primeiro é apresentado diversos textos referencias, pertinentes ao assunto rede de cidades, dentro do panorama mundial, nacional e o histórico de desenvolvimento. O segundo foi mais específico na contextualização da regionalização, principalmente no estado do Espírito Santo. Enquanto o terceiro capítulo apresenta o Prodnorte, com conhecimento sobre a origem do projeto, propostas, desafios e os municípios que abrange. São apresentados os dados coletados, objetivando mostrar e analisar estes resultados, dentro da tabulação e apresentação dos gráficos oriundos da pesquisa local. Para concretizar, no quarto capítulo, são feitas as considerações finais e as recomendações para estudos futuros.

1 CIDADES, SUAS DIFERENÇAS E CARACTERÍSTICAS

As cidades podem ser planejadas ou espontâneas. As espontâneas crescem a partir de um núcleo inicial, sem um planejamento, e geralmente apresentam um traçado irregular, já as planejadas crescem a partir de um plano previamente elaborado, como exemplo temos Brasília, Goiânia, Belo Horizonte e Palmas, no Brasil e Washington, nos EUA, são exemplos de cidades planejadas para exercer o papel de capital.

Cidade é uma área povoada, onde se agrupam zonas residenciais, comerciais e industriais. Uma cidade se caracteriza por estilo particular de seus habitantes vinculados ao aspecto da urbanização, com a concentração de atividade econômicas do setores secundários, terciário etc.

Outro conceito que surge nos tempos atuais é o de redes de cidades, que são territórios que reúnem os municípios em torno de temas de interesse comum, como o fortalecimento das economias locais, políticas urbanas sustentáveis, inclusão social, acesso a financiamentos e integração regional. As redes fortalecem e dinamizam as relações entre cidades diferentes, promovem ações de cooperação e o intercâmbio de experiências entre seus membros e contribuem para divulgar as cidades em âmbito regional, nacional e internacional.

No contexto de interação entre municípios, ressaltamos que a economia globalizada exige um sistema produtivo caracterizado pela externalização, com as empresas, fornecedores, produtores e prestadores de todo o tipo de serviços de apoio e diferentes fluxos de interação. Neste contexto, são significativas as ligações regionais potenciadas pelas facilidades de deslocamentos e maior circulação de bens, capitais e informação.

1.1 CIDADE

No Brasil, uma cidade caracteriza-se pela presença da sede do Poder Municipal (Decreto-lei n.311, de 1938), ou por concentrar o poder e a sede da gestão pública federal e empresarial. Outras características são: predominância de atividades de

produção, densidade populacional considerável, espaço de organização da sociedade. Fazendo uma pequena análise sobre o surgimento das cidades, na transição do feudalismo para o capitalismo, quando em um cenário rural, as cidades surgem como um espaço livre, onde profissionais como artesões, pedreiro, alfaiate e os comerciantes, podem agora desenvolver de forma mais ampla suas atividades.

A cidade aparece, então, como um caminho para a liberdade; possibilita grandes volumes produtivos na indústria e no comércio proporcionando também desenvolvimento regional. As cidades puderam formar-se graças a um determinado avanço das técnicas de produção agrícola, o qual propiciou a formação de um excedente. Com a existência deste excedente, algumas pessoas puderam dedicar-se a outras atividades, sendo a cidade, predominantemente, lugar de atividades não-agrícolas. A cidade reúne um considerável número das chamadas profissões cultas, possibilitando o intercâmbio entre elas, sendo que a criação e a transmissão do conhecimento têm nela lugar privilegiado. Diga-se, então, que é a cidade lugar de ebulição permanente.

Para Santos (1988), as cidades vão além de uma formação geográfica, as cidades representam o lugar revolucionário e ao longo dos anos, adquiriu características transformadoras e mudança contínua na sociedade, desde a transição do feudalismo para o capitalismo, a cidade passa a representar uma semente de liberdade, favorecidos pelo crescimento das tecnologias agrícolas entre outras condições de desenvolvimento para o então homem do campo, e assim as cidades sempre representaram um espaço de crescimento e desenvolvimento da sociedade moderna.

1.2 METROPOLE

A metrópole surge quando uma cidade polo, por concentrar maior população, equipamentos e serviços, passa a influenciar o seu entorno, inclusive crescendo também em termos de mancha urbana. Nesse processo de evolução pode se conurbar com outras cidades, vindo a constituir uma verdadeira “cidade região”. O fato, porém, é que somente as grandes metrópoles são, em nossos dias, cidades globais (SANTOS, 1988).

1.3 REDES

As relações entre os polos constituem as redes. Essas relações ocorrem através das diversas formas de interação entre as cidades, que se comunicam entre si, gerando o deslocamento de pessoas, bens e serviços. Atualmente, essas redes podem também ser conformadas por deslocamentos virtuais, sobretudo, pela internet. A rede urbana, entendida como um conjunto de centros funcionalmente articulados, constitui-se em um reflexo social (...) variando de acordo com combinações de características, como tamanho dos centros, densidade deles no espaço regional, as funções que desempenham, natureza, intensidade, periodicidade e alcance espacial das interações e a forma da rede (PEREIRA; FURTADO, 2011)

1.4 DAS CIDADES, PARA AS REDES DE CIDADES

O movimento de urbanização é um fenômeno mundial, com diferentes ritmos, intensidades e espacialidades, que tem uma história de forte crescimento a partir de meados do século XIX o mundo é hoje urbano, tanto mais que a maior parte da população já reside em espaços urbanos. Este crescimento coloca-nos a todos, cidadãos, políticos e gestores, frente a novos desafios, nomeadamente os que se prendem com a garantia da sustentabilidade das cidades.

Este contexto de maior crescimento completa-se ao considerar a globalização uma sociedade cada vez mais estruturada em rede, impondo novas abordagens. Entre estas, impõe-se a procura de uma governança urbana dotada de maior envolvimento de todas as partes representadas na cidade, e que permita, com mais flexibilidade e eficiência, a obtenção das soluções necessárias. Assume-se então, como nova estratégia, a participação em redes internacionais de cidades, subordinadas a diferentes temáticas e formadas com diferentes intuitos de colaboração entre os espaços urbanos aderentes, movimentos com uma relevância crescente nos últimos anos.

“As estruturas sociais que emergem hoje, baseadas em laços fracos e muito numerosos e entre organizações e indivíduos muitas vezes afastados uns dos outros, são de tipo reticular. A sociedade é estruturada e funciona como uma

rede, ou, melhor, como uma série de redes interligadas que asseguram uma mobilidade acrescida às pessoas, aos bens e à informação ” (ASHER, 2010).

1.5 REDE URBANA BRASILEIRA

A rede urbana de um país reflete em grande medida o nível de integração dos sistemas produtivos, financeiro e sociocultural em seu território. Esta rede, por sua vez, também influencia a forma como aqueles sistemas se organizam territorialmente por meio do papel das cidades enquanto polos organizadores de processos econômicos e sociais, lócus de tomada de decisão (CORRÊA, 2006).

Neste sentido podemos dizer que a compreensão da rede urbana de uma país vai muito além de uma organização territorial e demográfica institucionalizada, e nos impulsiona a uma análise muito maior do que apenas econômica, considerando valores socioculturais, explorando o potencial podendo assim contribuir para a ação de planejamento público e privado, especialmente se considerada a conjuntura de transformações impostas pela intensificação das trocas globais, contemplando sempre a evolução logística, onde cada vez mais observa-se estruturas que diminuem a distância entre estas cidades.

Esta evolução logística é importante pois apresenta um menor custo, amparada pela evolução tecnológica, melhorando o acesso e a comunicação entre as cidades. O conjunto da dinâmica urbano-regional de um país pode extrapolar os contornos nacionais, integrando-se em escala supranacional.

Mesmo quando se restringe a análise econômica ao território nacional, nota-se que as relações entre o território e a dinâmica econômica raramente dizem respeito a fenômenos estritamente locais. Em geral, a dinâmica urbano-regional de diferentes localidades, mesmo imbuída de certas particularidades territoriais, expressa em si questões mais gerais que são melhores compreendidas sob análise mais abrangente do território.

1.6 DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Para entendermos sobre a questão do desenvolvimento, vamos olhar um pouco para a história, e iremos identificar que passada a turbulência das duas guerras mundiais, a instabilidade e crises entre elas e, pressionados pela opção socialista, a questão do desenvolvimento econômico tornou-se tema central na agenda dos governos e das instituições de coordenação econômica e política do mundo ocidental ou capitalista.

Agora fica evidente uma postura de reconstrução, uma vez que os prejuízos e transtornos econômicos causados pelas guerras eram enormes e desastrosos para a sociedade e para o sistema econômico mundial, mas todos em comum entendimento, passaram a focar novamente na necessidade de crescer possibilitando assim um novo desenvolvimento para as nações com uma estrutura menos danosa, conseqüentemente mais sustentada.

Esse processo de reajuste e reorganização para crescer, também foi observado nos países da América do Sul e no Brasil sempre foi notório as diferentes regionais analisadas em estados como o Nordeste e o Centro Sul.

A economia mundial sofreu profundas transformações no último quartel do século passado, decorrentes, principalmente, da transição do antigo paradigma fordista-keynesiano para um novo regime de acumulação que, por sua vez, requereu a construção de um novo modo de regulação que lhe desse suporte. Esta mudança, dentre outros efeitos, acabou por colocar as aglomerações de pequenas e médias empresas no centro do debate contemporâneo do planejamento regional e urbano e da Economia Industrial.

O Brasil, no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, passa a olhar com cada vez mais curiosidade para os “novos espaços produtivos” – assim chamados por diversos pesquisadores, difusores de novas tecnologias que paulatinamente iam mudando a matriz produtiva em nível mundial.

A periferia do sistema, inclusive no Brasil, assistia sem muito poder de reação a esta transição. O país com grande esforço de políticas estatais tentara por quase 30 anos

correr contra o tempo perdido por meio de um processo de industrialização tardia. A década de 1980, como consequência, foi batizada de a década perdida. Os graves desequilíbrios estruturais da economia brasileira, principalmente a crise da dívida e a hiperinflação, dificultaram a capacidade de investimento do Estado brasileiro tirando o foco de questões estruturais de longo prazo.

1.7 ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS

A economia mundial sofreu profundas transformações ao longo dos séculos, principalmente nos mais recentes onde, principalmente, da transição do antigo paradigma fordista-keynesiano para um novo regime de acumulação que, por sua vez, requereu a construção de um novo modo de regulação que lhe desse suporte. Esta mudança, dentre outros efeitos, acabou por colocar um agrupamento de pequenas e médias empresas no centro do debate contemporâneo do planejamento regional e urbano e da Economia Industrial.

O Brasil, nas décadas de 1970 e 1980, na busca de uma identidade quanto a matriz produtiva que o mundo passou a viver passa a olhar para os “novos espaços produtivos. O Vale do Silício e a Rodovia 128 – importantes aglomerações de empresas de alta tecnologia localizadas nos Estados Unidos, mais precisamente nos estados da Califórnia e de Massachusetts – passam a ser uma referência, e a tentativa de implementação de experiências similares em diversas partes do mundo, inclusive no Brasil, quase que uma “obrigação”. Não por acaso, no início da década de 1990 assiste-se a uma verdadeira “febre” pela implementação de parques tecnológicos e incubadoras de empresas no país; “febre” que se arrastou durante toda a década, até o presente momento.

Desta forma fica claro compreender que era necessária uma adaptação a esta nova realidade, onde ser competitivo significava direcionar os esforços para um conhecimento das tecnologias emergentes.

No entanto, na década de 1990 é que passa a ser discutido com maior intensidade de que forma as políticas públicas pensadas em macro escalas poderiam apoiar o

desenvolvimento destas aglomerações produtivas, tendo em mira as peculiaridades da economia brasileira, possuidora de uma base industrial bastante distinta dos países do centro capitalista. É neste contexto que surge o termo Arranjo Produtivo Local (APL), como uma espécie de termo “guarda-chuva” capaz de abrigar uma ampla diversidade do fenômeno e com intuito de se constituir como um promissor instrumento de política econômica.

Não demorou para o termo (APL) Arranjos produtivos locais, virar sinônimo de modernidade, se constituindo, para muitos, como uma espécie de panaceia para o desenvolvimento, não importando o tamanho da escala a ser manejada, nem a natureza da conformação do espaço objeto de intervenção.

Neste sentido, os APLs passaram a ser objeto da atenção de inúmeras instituições de planejamento, pesquisa e fomento, tanto nacionais quanto internacionais, tais como: o Banco Interamericano de Desenvolvimento: (BID), o Banco Mundial (Bird), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), o Ministério da Integração Nacional (MI), a Caixa Econômica Federal (Caixa), a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e suas diversas afiliadas, o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), o Banco do Brasil (BB), o Banco da Amazônia (Basa), o Banco do Nordeste Brasileiro (BNB), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), além de diversos governos estaduais e municipais.

A partir deste período inicial, o termo direciona para certo modismo, e especificamente no Brasil se observa um movimento em apoio ao desenvolvimento destes grupos, porém de forma desorganizada e sem sincronismo, isso forçou uma pequena mudança nos últimos anos, onde principalmente a partir de ações desenvolvidas no âmbito do Governo Federal, em especial pelos MDIC, MCT e MI –, em grande parte, vem assumindo um caráter eminentemente voluntarista.

É neste contexto que vamos nos aprofundar, a valorização e o apoio a pequenos blocos de regiões com potenciais para o crescimento. Vamos verificar que o Prodnorte, vem ao encontro desta realidade e não obstante a isso o governo do Estado do Espírito Santo, optou em aprovar e incentivar esta iniciativa que surge como um ponto de destaque nesta nova fase de crescimento do estado.

1.8 DESENVOLVIMENTO EM BLOCO

Essa tendência surge no pós segunda Guerra em virtude da fragilidade da Europa em relação aos EUA, o que contribuiu com a criação da BENELUZ, CECA, MCE e atualmente UNIÃO EUROPÉIA, e mais tarde aparecem NAFTA, MERCOSUL, APEC entre outros.

Este cenário representa uma nova forma de dominação do espaço mundial, uma nova onda de expansão capitalista, mais poderosa e eficiente do que qualquer das anteriores, pois os blocos mais poderosos estão a comando dos demais, por terem controle da quase totalidade da riqueza mundial.

Essa tendência aponta para uma direção global, e trazendo para a regionalização, percebemos que a unificação de políticas favoráveis ao desenvolvimento e a capacidade de integração entre os interessados, tem possibilitado um desenvolvimento cada vez mais sólido, o que valida mais uma vez a criação de blocos interessados em resultados comuns, neste caso fortalecendo e aprovando a correta direção que o Estado do Espírito Santo, tomou em apoiar a iniciativa da união dos municípios do norte e noroeste do Estado, o Prodnorte.

2 REGIONALIZAÇÃO

No Brasil o processo de regionalização começou a ter novo formato, a partir de pesquisas conduzidas pelo IBGE em parceria com Ipea (ALMEIDA, 2004), onde foram produzidos vários estudos orientando um novo perfil de censos demográficos e econômicos de diversos estados brasileiros. Substituíram-se as zonas fisiográficas pelas microrregiões homogêneas, e realizou-se o primeiro estudo institucional de redes urbanas no Brasil orientado para políticas públicas, que foi difundido em uma versão preliminar.

A versão definitiva deste trabalho resultou na divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas. Deve ser destacado, também, que o resultado da cooperação assumiu a forma de um livro que, de certa maneira, define as linhas mestras do processo de mudança na divisão regional brasileira (IBGE, 1968). No final dos anos 1970, por exemplo, a questão urbano-regional foi incorporada ao III Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). A estratégia do plano, elaborado para o período 1980-1985, objetivava a redução das disparidades regionais, a interiorização e a descentralização econômica a partir de áreas de descompressão, de expansão controlada, de dinamização e de funções especiais, destacando-se o papel da rede de cidades e da estruturação interna das cidades no desenvolvimento do país.

Todas essas pesquisas e estudos orientam alguns programas governamentais, que usa critérios de homogeneidade na delimitação de territórios na estrutura de plano de ações, usando e aplicando amplamente todos os estudos e pesquisas sobre a formação de rede territorial brasileira, dividida em regiões formando blocos regionalizados.

Ainda que conheça e tenha as noções de homogeneidade e polarização de maneira tão clara, a proposta de Política Nacional de Ordenamento Territorial – PNOT, peca por não utilizar a rede de cidades como referência para o planejamento e gestão territorial. No caso do Ministério das Cidades (MCid), a rede de cidades é reconhecida como tendo um papel relevante, mas alguns de seus programas carecem de um

tratamento territorial e regional mais adequado, como é o caso do setor de saneamento.





É fundamental que de uma vez por todas, as políticas públicas e todos os planos de desenvolvimento valorizem os estudos feitos ao longo do tempo, e passem a usar de forma mais integral a ideia de desenvolver em blocos. É importante que os órgãos responsáveis pela produção estratégica de desenvolvimento do país, utilizem esta ferramenta, para apoio da estrutura de seus planos de estruturação para o desenvolvimento em todos os seguimentos, principalmente econômico com todas as suas abrangências.

2.1 PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO 2025

Um passo importantíssimo rumo ao desenvolvimento é observado no estado do Espírito Santo, uma nova postura que engrandece e potencializa o estado mostrando que o governo está disposto a promover um crescimento sustentado, valorizando as diferentes regionais, potencializando as riquezas de cada região concentrando os esforços nas áreas e regiões de importância, não desprezando os municípios de menores expressões, ao contrário, direcionando para que haja uma valorização das capacidades de cada um, unificando as forças em blocos de municípios, com a finalidade de consolidação do contexto logístico e potencializando os pontos fortes de cada região (Figura 1).

Uma visão estratégica com bases científicas bastante sólidas, onde se observa que a esta visão é apresentada de forma clara e compõe assim uma estrutura que gera credibilidade, orientando investidores, distribuidores e todos os envolvidos no processo econômico social do estado.

O Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025 é, em sua essência, um Plano Estratégico de Desenvolvimento para o Estado do Espírito Santo. Neste sentido, consolida um conjunto de grandes escolhas que orientarão a construção do futuro do Espírito Santo em um horizonte de longo prazo (2025), sujeita às incertezas inerentes a um processo de mudança, Fortalecimento da Identidade Capixaba e Imagem do Estado (ESPÍRITO SANTO, 2006).

	Situação Atual	Visão de Futuro ES 2025
Demografia		
 População (em milhões de habitantes)	3,4	4,3
Economia		
 PIB (em US\$ bilhões PPC de 2004)	27,6	88,6
Taxa Média de Crescimento do PIB (em %a.a.)	3,5%	6,00%
PIB per capita (em US\$ de 2004)	8.113	20.446
Social		
 Coeficiente de Gini	0,557	0,412
Taxa de Pobreza (em % da pop. total)	21,30%	0,00%
Taxa de Indigência (em % da pop. total)	5,40%	0,00%
Escolaridade média (anos de estudo da pop. com idade de 25 a 34 anos)	8,2	12
Taxa de Homicídios (em mortes por 100 mil hab.)	50,6	Inferior a 10
Mortalidade infantil (óbitos de crianças menores de 1 ano por 1 mil nascidos vivos)	20,17	Inferior a 5
IDH	0,765	0,917
IDH-Educação	0,855	0,971
IDH-Renda	0,719	0,888
IDH-Longevidade	0,721	0,893
Meio Ambiente		
 Cobertura Vegetal (em % do território)	8%	16%
Saneamento básico	56%	Universalizado

Espírito Santo 2025
Plano de Desenvolvimento

75

Elaboração: Macroplan

Figura 1 - A visão de futuro em números
Fonte: PE 2025

O governo do estado do Espírito Santo apresenta em seu plano de metas as seguintes prioridades:

- Desenvolvimento do Capital Humano
- Erradicação da Pobreza e Redução das Desigualdades
- Redução da Violência e Criminalidade
- Interiorização do Desenvolvimento
- Desenvolvimento da Rede de Cidades
- Recuperação e Conservação de Recursos Naturais

- Agregação de Valor à Produção, Adensamento das Cadeias Produtivas e Diversificação Econômica
- Desenvolvimento da Logística
- Capital Social e Qualidade das Instituições Capixabas
- Inserção Estratégica Regional

Dentro deste cenário, identifica-se dois pontos relevantes para a pesquisa, que é identificar que no governo a visão de valorização do desenvolvimento das cidades em rede, está entre as suas metas, e destacamos aqui a Interiorização do Desenvolvimento e o Desenvolvimento da Rede de Cidades. Isto Posto, reforça a nossa proposta de que não há espaço no cenário político econômico para política de desenvolvimento que não seja abrangente e potencializada para uma região.

A proposta do Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025 é atenuar ou, se possível, reverter a forte tendência de concentração na Região Metropolitana, com aumento relativo da importância das cidades regionais, além de criar um ambiente mais propício ao desenvolvimento sustentável no Estado como um todo. Para tanto, foi desenhada a configuração de uma rede de cidades capixabas como referência básica de planejamento para fins de alocação dos investimentos públicos e privados. Tais investimentos permitirão a otimização e distribuição espacial da prestação de serviços, nas várias dimensões citadas, de modo a constituir um conjunto sinérgico de cidades dinâmicas, equilibradas e sustentáveis (ESPÍRITO SANTO, 2006).

Desenvolvimento baseado em um planejamento estratégico, potencializando os pontos fortes das regiões do estado, valida e direciona para um crescimento com bases sólidas. Não basta apenas crescer, é importante promover um desenvolvimento equilibrado, explorando os pontos fortes da região através da identificação de oportunidades e crescimento sustentado.

O plano de desenvolvimento do Espírito Santo, apresenta as cidades de Cachoeiro de Itapemirim e Anchieta, na região sul e Aracruz, Colatina, Linhares, São Mateus e Nova Venécia, na região norte, com seus respectivos entornos regionais, bem como as principais municipalidades do Caparaó e da Região Serrana, (Figura 2), formarão uma rede integrada de equipamentos e de serviços de elevada qualidade e complexidade nos campos da educação, saúde, formação profissional, finanças, logística e cultura. Isso reafirma a nossa proposta de trabalho de valorização do fortalecimento regionalizado.

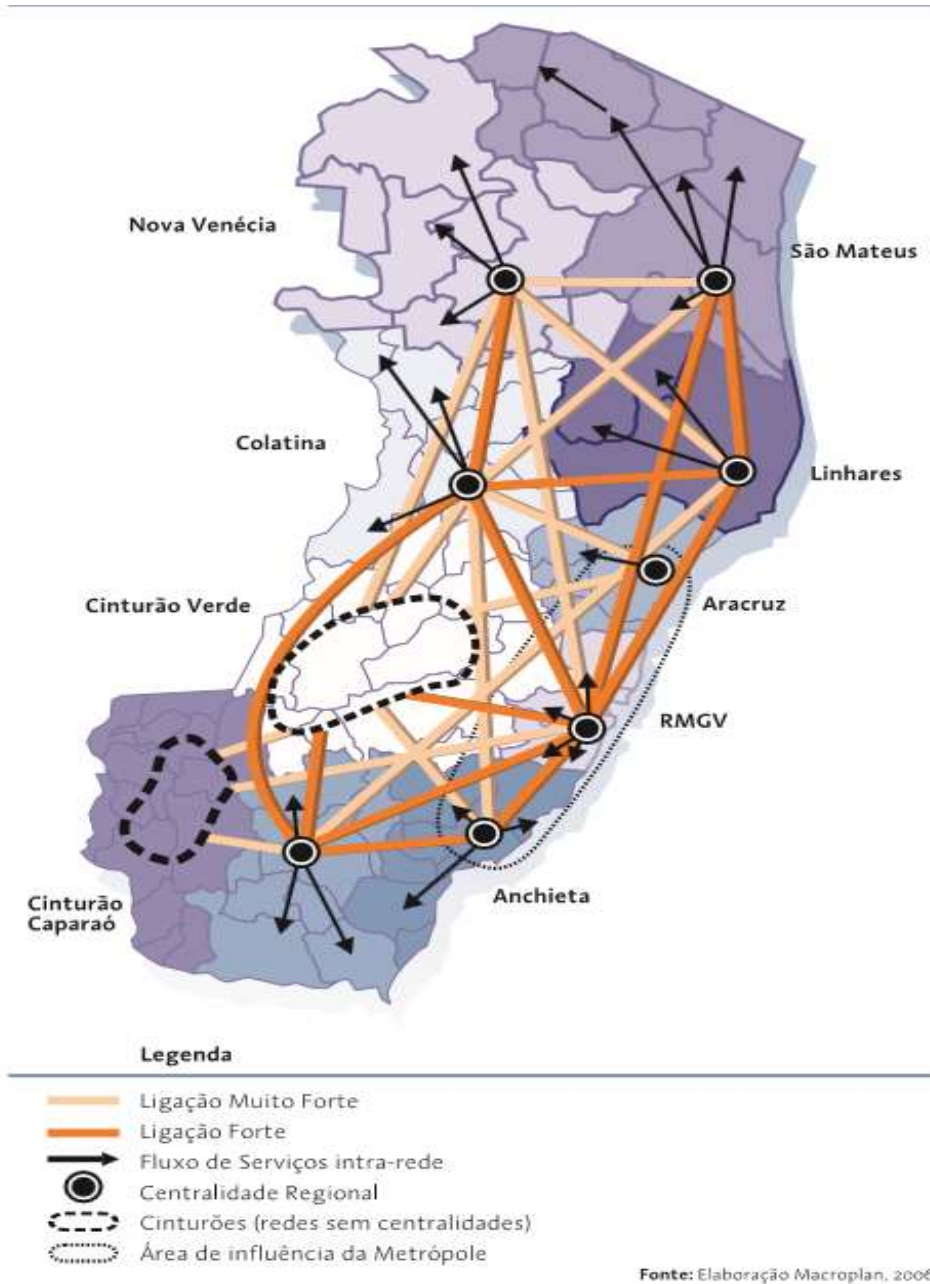


Figura 2 – Rede de Cidades apresentada no PE 2025.

Os arranjos produtivos de cada região ilustram alguns pontos relevantes em relação ao que é considerado pelo PE 2025, como a Macrorregião Norte (Figura 3). Foi observado nesta a expansão da silvicultura, a recuperação da pecuária e a formação de polos de fruticultura (goiaba, maracujá e mamão) e cafeicultura (café conilon) de elevada densidade técnica.

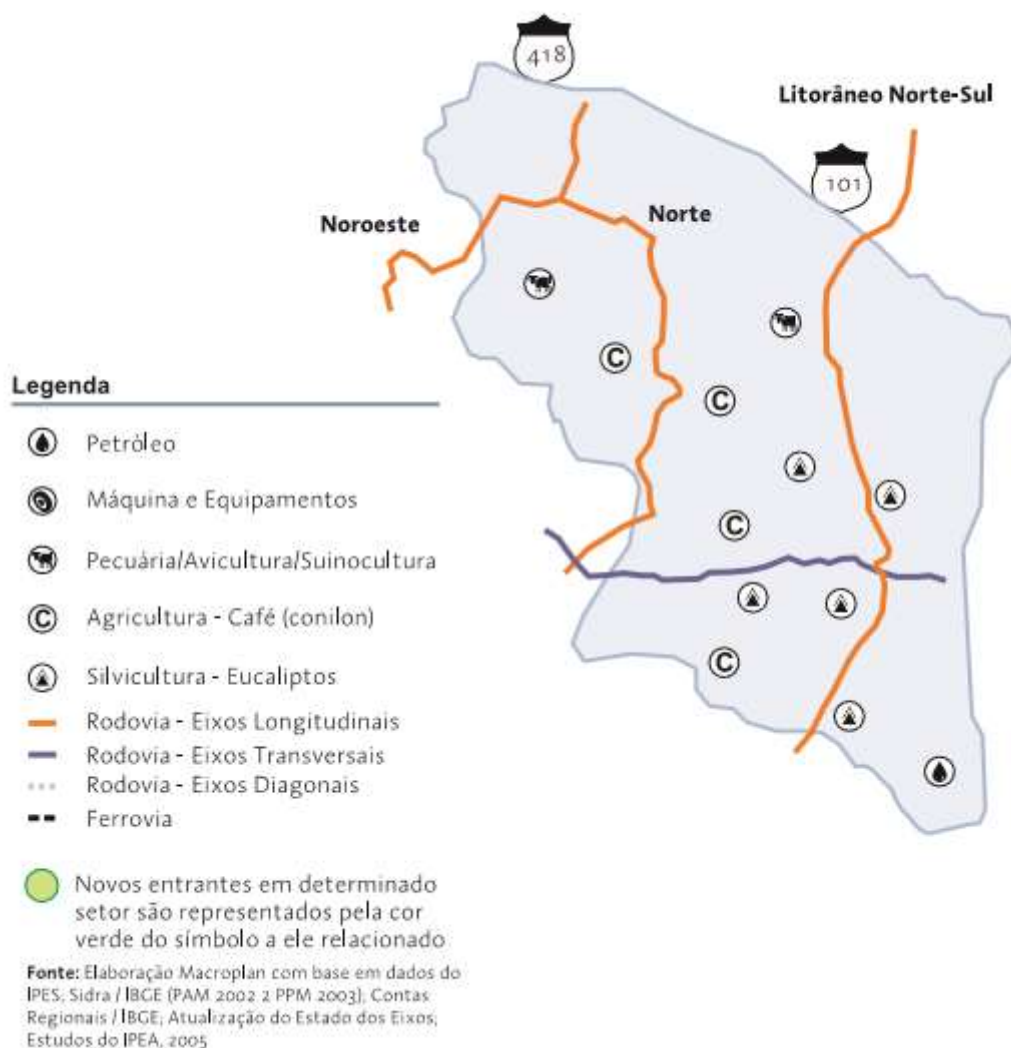


Figura 3 – Macrorregião descrita do PE 2030 – Atividades econômicas dominantes e Infra-estrutura.

Essas informações colaboram para o fortalecimento dessa dissertação, e identifica a região noroeste e norte do estado do Espírito Santo, como uma região potencial em crescimento. Não basta apenas identificar mas é preciso um plano robusto capaz de contribuir na valorização das potencializações.

2.2 CONTEXTO ATUAL DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO NORTE DO ESPÍRITO SANTO

Saltam aos olhos o intenso crescimento econômico no estado do Espírito Santo que surge de forma mais programada e sistemática, uma região que tem como um dos principais trunfos um arranjo logístico pouco comum em relação à outros estados brasileiros, e que agora é uma notoriedade nacional e também internacional. Não se pode mais abandonar a ideia de não considerar o estado como um ponto estratégico para produção e principalmente escoação desta produção, haja vista o custo benefício de uma posição territorial de favorecimento.

De acordo com o Plano de Desenvolvimento do Espírito Santo 2030 o estado se destacou no desempenho dos indicadores econômicos e dos principais indicadores sociais que vêm apresentando melhorias substanciais. O PIB per capita, que em 2002 era inferior ao do Brasil, chegou em 2010 com um valor 18,3% superior à média nacional sustentáveis (ESPÍRITO SANTO, 2013).

Dentro do aspecto social o cenário também é animador, é evidenciado neste processo a diminuição da taxa de analfabetismo e conseqüentemente melhora a escolaridade média dos capixabas. Isso indica para uma população mais preparada em todos os sentidos, principalmente tecnicamente adaptada aos novos desafios que o mercado impõe.

No Plano de Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo, percebe-se de forma mais específica que as metas do governo apontam em direção ao crescimento proposto dentro do consórcio Prodnorte, onde a partir de agora passa a validar essa iniciativa, não obstante a esta realidade o governo do estado abraçou a iniciativas dos municípios e vinculou essas propostas às metas já propostas para o desenvolvimento da região norte do estado do Espírito Santo.

O poder público extra do PE 2030 (Figura 4), seus objetivos para a região entre eles a influência dos negócios em consonância com a região do sul da Bahia e Leste de Minas Gerais, adensando as cadeias produtivas existentes, como petróleo, gás, cana-de-açúcar, silvicultura e fruticultura, ampliar as bases logísticas dos modais aeroportuário, portuário e rodoviário, atrair e estimular a participação de empresas para apoio às atividades de exploração e produção do setor de petróleo e gás, não

deixando de lado o setor de reflorestamento no suporte à produção de celulose, isso posto em harmonia com o fortalecimento da centralidade da educação técnica e superior observada principalmente no município de São Mateus.

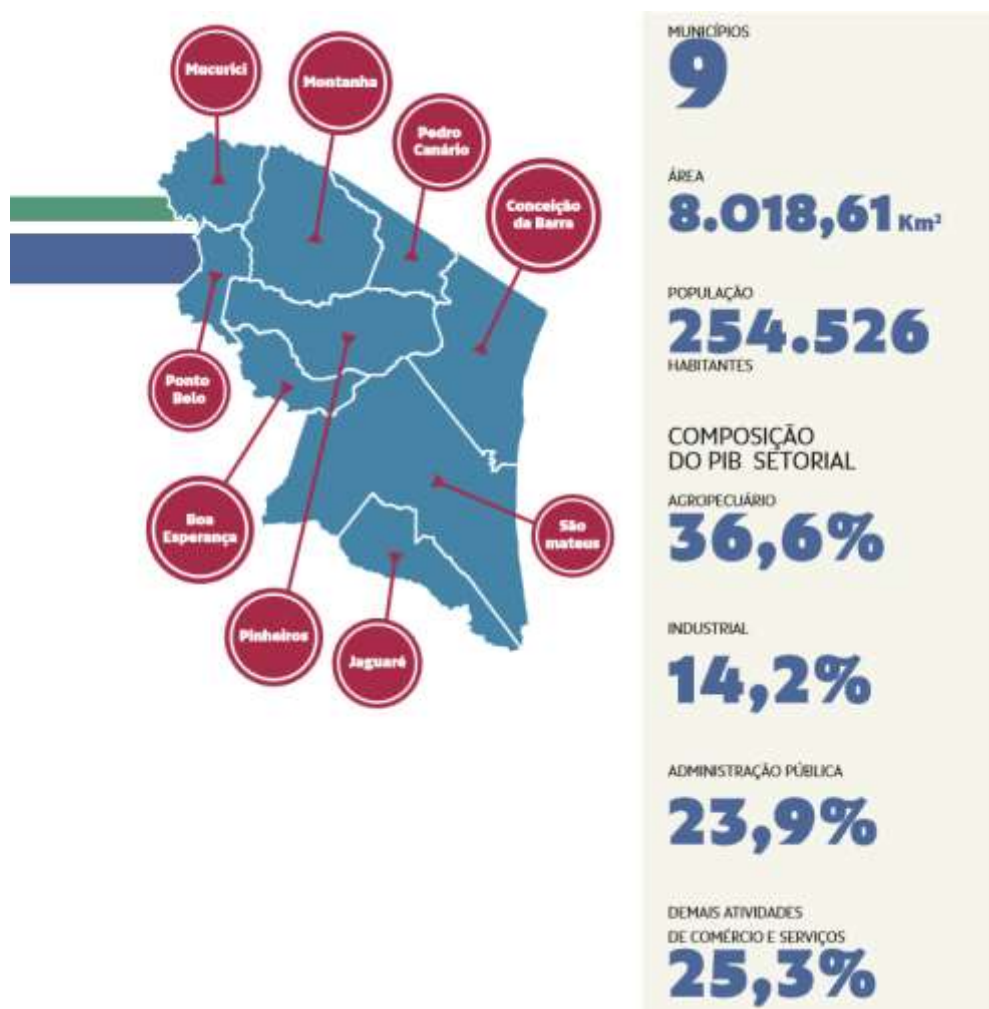


Figura 4 - Microrregião Nordeste, apresentada no PE 2030.

O Plano de Desenvolvimento do Espírito Santo 2030 descreve que a economia da microrregião Nordeste é fortemente influenciada pela atividade de silvicultura, petróleo e gás, café conilon, pecuária mista, cana-de-açúcar e seu processamento (usinas de álcool) e fruticultura diversificada, apresentando grande quantidade de fornecedores de bens e serviços para a indústria local, inclusive na agricultura. O município de São Mateus se destaca por ser polo de fornecimento de bens e serviços, especialmente na área da educação. Possui campus da Universidade Federal do Espírito Santo, o que faz como que exerça atração sobre estudantes do Espírito Santo e de outros estados. A microrregião se caracteriza por dispor de grandes empreendimentos já instalados e outros investimentos anunciados para os próximos anos, tais como fábricas de cobre, MDF e ônibus. Sua dinâmica econômica está muito ligada às atividades de apoio à exploração de gás e petróleo, um grande potencial para a região. O turismo aparece como alternativa, necessitando de investimentos em infraestrutura e equipamentos. A sua conexão com o sul da Bahia pode gerar boas oportunidades (ESPÍRITO SANTO, 2013).

O bloco de municípios desta região, quando atuam de forma conjunta, toma uma forma maior impactando e chamando a atenção de governantes e empresários. Todas essas perspectivas verificadas e formalizadas como intenção de plano de governo é uma estruturação validada para uma proposta de ganho mútuo.

2.3 INFORMAÇÕES BÁSICAS DOS MUNICÍPIOS QUE PERTENCEM AO CONSÓRCIO PROD NORTE

Características demográficas referente aos municípios que participam do Consórcio Prod Norte. Apresentado os dados de População e situação de domicílio, indicadores do mercado de trabalho e distribuição setorial da população ocupada em %, com a finalidade de posicionar os municípios em relação ao perfil de cada município.

2.3.1 – População

Tabela 1 – População por município

ITEM	CIDADE	URBANA	RURAL	TOTAL
1	Ecoporanga	14779	8433	23212
2	Montanha	13522	4327	17849
3	Mucurici	3590	2065	5655
4	Ponto Belo	5588	1391	6979
5	Pinheiros	18718	5177	23895
6	Boa Esperança	10239	3960	14199
7	Pedro Canário	22053	1741	23794
8	Conceição da Barra	22575	5874	28449
9	São Mateus	84541	24487	109028
10	Jaguaré	15033	9645	24678
11	Nova Venécia	30831	15200	46031
SOMA TOTAL		241469	82300	323769

Fonte: Dados do Universo Censo 2010 – Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves – IJSN.

Nota: (1) Divisão territorial de 2010

2.3.2 - Indicadores do mercado de trabalho

Tabela 2 – Pessoas economicamente ativas.

Município	População em idade ativa	População economicamente ativa	População ocupada	População desocupada	Taxa de Atividade	Taxa de Desocupação
Ecoporanga	19730	11000	10209	792	55,75	7,20
Montanha	15227	9068	8469	599	59,55	6,61
Mucurici	4850	2634	2387	247	54,31	9,38
Ponto Belo	5940	2735	2377	358	46,04	13,09
Pinheiros	19869	12280	11460	820	61,80	6,68
Boa Esperança	11940	7732	7197	535	64,76	6,92
Pedro Canário	19566	11194	10086	1108	57,21	9,90
Conceição da Barra	23451	13109	11599	1510	55,90	11,52
São Mateus	91475	56094	50671	5423	61,32	9,67
Jaguaré	20441	13306	12119	1187	65,09	8,92
Nova Venécia	39543	25149	23839	1310	63,60	5,21
Total dos Municípios	272032	164301	150413	13889	58,67	8,65

Fonte: Dados da Amostra Censo de 2000 e 2010 – IBGE. Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves – IJSN. Notas: (1) Os indicadores se referem a população de 10 anos ou mais de idade. (2) Pessoas sem trabalho, mas que haviam tomado alguma providência para conseguir trabalho na semana de referência. (3) Percentagem das pessoas economicamente ativas em relação às pessoas em idade ativa. (4) Percentagem das pessoas desocupadas em relação às pessoas economicamente ativas.

2.3.3 - Distribuição setorial da população ocupada em percentual (%)

Tabela 3 – Distribuição setorial da população

Município	Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	Indústrias Extrativas	Indústrias de transformação	Construção	Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	Alojamento e Alimentação	Administração pública, defesa e seguridade social	Serviços domésticos	Outras Atividades	Atividades mal especificadas	TOTAL
Ecoporanga	42,87	3,63	3,77	6,63	11,43	0,88	6,05	8,07	13,61	3,06	100,0
Montanha	34,92	0,30	5,73	5,95	17,63	1,90	5,71	7,70	17,30	2,88	100,0
Mucurici	45,75	0,00	2,18	6,87	9,09	1,68	9,72	8,17	14,33	2,18	100,0
Ponto Belo	29,41	0,63	3,91	7,99	12,58	2,73	15,40	11,70	11,70	3,91	100,0
Pinheiros	39,97	0,07	4,68	5,41	15,31	2,83	2,60	7,64	17,47	4,04	100,0
Boa Esperança	44,70	0,39	10,59	4,78	11,05	1,86	6,47	6,02	13,34	0,81	100,0
Pedro Canário	26,75	1,00	12,87	8,15	17,16	3,17	4,86	6,16	16,48	3,41	100,0
Conceição da Barra	21,85	1,62	14,71	7,43	12,90	4,97	5,88	5,19	18,29	7,16	100,0
São Mateus	23,47	2,72	6,37	8,54	16,27	4,45	4,53	5,77	21,90	5,98	100,0
Jaguaré	51,71	0,40	3,35	4,36	11,96	1,06	4,12	6,36	13,96	2,71	100,0
Nova Venécia	37,38	3,07	4,93	5,46	13,44	2,58	4,95	5,84	16,85	5,50	100,0

Fonte: Dados da Amostra Censo de 2000 e 2010 – IBGE. Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves – IJSN. Notas: (1) Os indicadores se referem a população de 10 anos ou mais de idade. (2) As outras atividades incluem: Eletricidade e gás; Água, esgoto, atividade de gestão de resíduos e descontaminação; Transporte, armazenagem e correio; Informação e comunicação; Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados; Atividades imobiliárias; Atividades profissionais, científicas e técnicas; Atividades administrativas e serviços complementares; Educação; Saúde humana e serviços sociais; Artes, cultura, esporte e recreação; Outras atividades de serviços; Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais.

Com bases nestas informações pode-se observar o perfil dos municípios, e constatar que a população total passa a ser representativa quando todos os números são somados, em média a população de cada município equivale a 29433 habitantes, porém quando somados passa a ter 323769 mil habitantes, o que potencializa a região (Tabela 2). Observa-se também que as áreas de Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura representam 36,25% da população ativa na região (Tabela 3).

3 PRODNORTE

A região norte do Espírito Santo, sempre sofreu com o baixo nível de crescimento e desenvolvimento, observado em algumas áreas básicas para a sociedade, e o desafio dos governantes é extremamente complexo, pois carregam em seus governos um complexo e difícil dilema de promover o desenvolvimento de uma região esquecida e de uma baixo crescimento econômico. Uma medida brilhante e inovadora foi apresentada para impulsionar o desenvolvimento da região noroeste e nordeste do Espírito Santo (INSTITUTO ECOS, 2007).

Surge então o consórcio denominado Prodnorte, uma associação de municípios criada para suportar o Desenvolvimento Regional Sustentável do Extremo Norte Capixaba, proposta esta que vem acompanhada de muita expectativa pois já em seu estatuto deixa claro que o propósito desta união de municípios é de compartilhamento das dificuldades e unificação de projetos para trazer benefícios nas esferas de infraestrutura, atração de investimento na área da industrialização, fortalecimento do polo educacional, melhorias nos complexos de saúde pública, apoio a projetos para preservação do meio ambiente, valorizando os potenciais agrícolas que a região fornece.

Art. 7º – A Associação tem como finalidade, respeitada a autonomia municipal:

I – congregar esforços, visando o planejamento, a coordenação e a execução de atividades de interesse comum dos consorciados.

II – Preservar, defender e recuperar os recursos naturais da região do Extremo Norte Capixaba.

III – Promover o Desenvolvimento Regional Sustentável.

IV – Constituir o Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Regional Sustentável do Extremo Norte Capixaba.

ESTATUTO SOCIAL – Associação dos Municípios para o Desenvolvimento Regional sustentável do Extremo Norte Capixaba

Assim sendo, os objetivos e metas compartilhados por todos os municípios despertam em todos uma expectativa extremamente positiva, pois surge como um viés para a resposta de nosso problema, de entender como essa associação de municípios pode contribuir para o crescimento e desenvolvimento da região do extremo norte capixaba.

Naturalmente uma constituição formal precisa de aporte e apoio dos governos constituídos e ter o apoio do governo do estado representa o primeiro passo para que a associação tenha voz ativa no momento das apresentações de projetos. A região do extremo norte capixaba é suscetível a processo de desertificação, a região é caracterizada por um índice de desenvolvimento humano (IDH) baixo, migração de mão-de-obra, pouco atrativos econômicos isso foi o que levou os governos municipais e estadual a apoiarem esta iniciativa na construção de projetos nas áreas social, econômica e ambiental da região. “O planejamento e a integração entre os municípios são fundamentais para a atração dos novos investimentos conforme as vocações e potencialidades de cada região” - Governador Paulo Hartung.

O território que o consórcio abrange é de 10.561 km², com uma população total de 356 mil habitantes, representado ainda 9,15% do eleitorado espírito-santense. Fazendo uma análise potencial da região vamos verificar que as regiões são propícias a complexos portuários, com áreas conservadas de mata atlântica, com montanhas e belas praias propícias ao turismo, com planícies cobertas por pastagens e plantios diversos sendo os principais produtos café, mamão, cana-de-açúcar, eucalipto, seringueira e ainda possui áreas para exploração de petróleo, gás e rochas ornamentais.

3.1 DESTAQUES ECONÔMICOS E AMBIENTAIS

O nascimento do consórcio Prodnorte, aconteceu com o apoio do Instituto ECOS, onde o mesmo apresentou algumas potencialidades econômicas da região. Todos esses pontos foram apresentados no 1º Fórum de Desenvolvimento Sustentável do Extremo Norte Capixaba, e foram destacados alguns pontos que seguem abaixo:

Possibilidade de implantação de duas usinas de processamento de cana pela empresa Infinity Bio Energy, no município de Montanha e de Mucurici, e a expansão da produção de cana de açúcar em toda região.

Expansão do pólo de goiaba em quatro vezes a área plantada saindo dos atuais 300 hectares para 1200 hectares.

Implantação do programa de Psicultura, pelo Ministério da Integração e SEBRAE/ES, nos principais reservatórios dos Municípios de Mucurici e Ponto Belo.

Presença de agroindústrias de pequeno porte (fábricas de aguardente, de farinha de mandioca e de laticínios) e de grande porte (usinas alcooleiras).

Expansão da extração mineral, setor de rochas ornamentais, no município de Ecoporanga, que proporcionou crescimento do produto e ganho de 12 posições no PIB estadual.

Constituição de florestas, principalmente, para a produção de celulose e energia.

O município de Conceição da Barra destaca-se fortemente pelo turismo, pela plantação de eucalipto e por abrigar a maior reserva de mineral halita, cloreto de Sódio (NaCl), da América do Sul.

Extensas áreas e potencial de plantio de cana de açúcar e forte interesse e potencialidade para expansão do plantio da seringueira.

Conhecer essas potencialidades, proporcionou o conhecimento da identidade econômica da região, servindo de base para a formalização e estruturação do projetos norteados do Prodnorte.

A visão do professor Eduardo José Monteiro da Costa, aponta para uma questão fundamental, que é o desenvolvimento com bases do planejamento, e quando o Prodnorte apresenta e identifica as potencialidades econômicas da região, norteia o foco das ações e dos investimentos. Não há como pensar em crescer e desenvolver se não tiver uma base de conhecimento do cenário real. Esse conhecimento e levantamento proporcionou a base para o estabelecimento de todas as metas voltadas para aquilo que é primordial no conceito do Prodnorte, que é o desenvolvimento sustentável da região, vemos presente aspectos substanciais no contexto econômico.

É também notório a preocupação do consórcio com os aspectos ambientais para a região, e o meio ambiente é caracterizado por forte pressão sobre os recursos naturais, com o destaque para o desmatamento, tornando a região atualmente deficiente em madeira nativa e plantada, ressaltando o agravamento do déficit hídrico e empobrecimento dos solos, em face à inexistência de manejo adequado dos mesmos.

3.2 MARCO INICIAL DO CONSÓRCIO PROD NORTE

O marco Inicial para o consórcio Prodnorte surgiu no I Fórum de Desenvolvimento Regional Sustentável do extremo norte capixaba, realizado no dia 04 de maio de 2007, no município de Montanha, onde o principal objetivo foi levantar com os representantes dos municípios da região as contribuições referente à Potencialidades, Problemas, Propostas e Projetos Finalísticos. Desta forma as ações definidas para nortear o Consórcio foram o Desenvolvimento Social, Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Capital Humano e Qualidade de Vida.

Na ocasião foram apresentados os temas problemas da região, para que a partir dos mesmos fossem trazido propostas de melhoria.

- Comercialização
- Divulgação
- Logística
- Capacitação
- Falta de projeto de acordo com a realidade
- Sociedade Desorganizada
- Alcoolismo
- Falta de Infraestrutura
- Latifúndio
- Uso Inadequado do Solo
- Segurança Pública, Falta de policiais e delegados e estruturação das prisões
- Legislação Burocrática
- Monocultura (Eucalipto, Cana)

- Gestão Pública
- Divisão de Renda
- Falta de Emprego
- Baixa Escolaridade
- Falta de Interesse das Comunidades.

Os temas problemas da região, foram trazidos e apresentados pela comunidade e os líderes do Fórum. Verifica-se 38 projetos apresentados inicialmente como meta do consórcio na promoção do desenvolvimento sustentável da região do extremo norte capixaba.

Todos os projetos estão direcionados na busca do fortalecimento da Agricultura, Artesanato, melhoria na Infraestrutura, Educação, Desenvolvimento do Ecoturismo. Segue abaixo a relação dos Projetos.

- Casa do produtor (BR 101)
- Incubadora de empresas e negócios
- Psicultura cadeia produtiva da “Produção ao Beneficiamento”
- Beneficiamento dos produtos potenciais da região;
- Agroturismo e diversificação agrícola numa perspectiva de desenvolvimento sustentável;
- Zoneamento de atividade da região;
- Gestão ambiental em propriedade rurais;
- Preservação e recuperação de matas ciliares e nascentes;
- Gestão de resíduos sólidos e saneamento;
- Criação de hortos municipais em áreas urbanas;
- Diversificação da atividade econômica: turismo, logística e outros;
- Assessoria regional para licenciamento ambiental;
- Desapropriação de terras para permitir a maior participação da pequena propriedade na produção agrícola regional;
- Infraestrutura para armazenamento de água;
- Ações conjuntas para elaborar projetos e captar recursos;
- Criação de cadastro regional de desempregados;

- Incentivo à agricultura Familiar
- Capitação laboral e empresarial;
- Realização de Zoneamento Agroecológico e de estudos relacionados aos impactos social, econômico advindos do crescimento econômico da região;
- Diversificação agropecuária com beneficente da produção: piscicultura, silvicultura, fruticultura e outros;
- Industrialização da produção agrícola;
- Comercialização regional;
- Trabalho conjunto e participativo no âmbito público regional;
- Utilização regional de equipamentos para melhoria da infraestrutura
- Ações conjuntas para potencializar pequenos negócios na área urbana e na área rural;
- Incentivo à escola família;
- Melhoria e ampliação dos cursos técnicos profissionalizantes;
- Diversificação da oferta de cursos superiores na região;
- Diminuição da população analfabética;
- Valorização das atividades culturais da região;
- Incentivo à expressão cultural de todos
- Incentivo de acesso ao crédito para pequenos e micro-empresários;
- Consórcios municipais;
- Planejamento regional participativo;
- Desenvolvimento de Infraestrutura;
- Divulgação dos projetos locais;
- Capacitação ao empreendedorismo;
- Criação de polo turístico.

3.3 HISTÓRICO DOS PROJETOS

Um dos primeiros projetos apresentados é a *Casa do Produtor-BR 101*. O objetivo deste projeto é de construir um ponto de comercialização de produtos agroturísticos oriundos da agricultura familiar, pescadores, artesãos e redes de cooperação.

Um outro projeto é a *Incubadora de Empresas e Negócios*, que objetiva incentivar a formação de empresas qualificadas para permanecer no mercado, com foco nas potencialidades da região e além de outras metas, fortalecer as lideranças locais, incentivando o cooperativismo e o associativismo multissetoriais (INSTITUTO ECOS, 2007).

Em destaque, também, está o projeto de *Psicultura Cadeia Produtiva da Produção ao Beneficiamento*, tendo em vista a disponibilidade hídrica em algumas áreas da região potencializando a produção de artesanatos com os resíduos gerados.

Destacamos também o projeto *Beneficiamento dos Produtos Potenciais da Região*, que tem como objetivo incentivar os produtos oriundos da agricultura e pecuária, além do projeto de Agroturismo diversificação agrícola numa perspectiva de desenvolvimento regional, baseado na ideia de que a diversificação do agroturismo fortalece a ocupação econômica.

O projeto nomeado como *Zoneamento de Atividade* na região, também aparece como um ferramenta para incentivar os polos de produção através da aptidão de cada localidade.

Além do mais, também destaca-se o projeto denominado *Gestão Ambiental Em Propriedades Rurais*, com o objetivos de promover educação ambiental, manejo racional de recursos hídricos, entre outros o desenvolvimento dos sistemas agroflorestais.

Projetos diretamente ligados ao meio ambiente tem total destaque, como por exemplo o projeto *Preservação e Recuperação de Matas Ciliares e Nascentes*, que tem como objetivo, aumentar a disponibilidade hídrica da região além de melhorar a qualidade da água.

E não menos importante também é destacado o projeto *Gestão de Resíduos Sólidos e Saneamento*, com a finalidade de fazer com que as empresas da região faça a

destinação e reutilização de resíduos, através de programa de reciclagem e preparação de sistema de saneamento da região para o crescimento econômicos,

O projeto *Criação de Hortos Municipais em Áreas Urbanas*, aparece como uma ferramenta na integração educacional urbana x rural, produção de mudas e criação de centros de educação ambiental.

O instituto Ecos, continua a descrever importantes projetos para a região e destacamos agora a diversificação da atividade econômica: turismo, logística e outros que tem como finalidade possibilitar a maior sustentabilidade da economia, diminuindo os efeitos da sazonalidade.

O projeto *Assessoria Regional para Licenciamento Ambiental* é apresentado com o objetivo de enfatizar a elaboração dos processos de licenciamento ambiental.

Um outro projeto que aparece como destaque é o denominado *Desapropriação de Terras* que traz em sua proposta incrementar a participação da pequena propriedade na produção agrícola regional.

Os projetos de Infra-estrutura para armazenagem de água, buscam diminuir os impactos negativos da deficiência hídrica na região, e o projeto *Ações Conjuntas para Elaborar Projetos e Captar Recursos* busca a redução de custos na elaboração e no encaminhamento destes projetos e o projeto denominado *Criação de Cadastro Regional de Desempregados*, visa o aproveitamento regional da mão de obra.

Outros projetos se destacam, tais como: Incentivo à agricultura familiar, *capitação* laboral e empresarial; realização de zoneamento agroecológico e de estudos relacionados aos impactos social, econômico advindos do crescimento econômico da região; diversificação agropecuária com beneficemente da produção: piscicultura, silvicultura, fruticultura e outros; Industrialização da produção agrícola; comercialização regional; trabalho conjunto e participativo no âmbito público regional; utilização regional de equipamentos para melhoria da infraestrutura e ações conjuntas para potencializar pequenos negócios na área urbana e na área rural; Incentivo à

escola família; melhoria e ampliação dos cursos técnicos profissionalizantes; diversificação da oferta de cursos superiores na região; diminuição da população analfabética; Valorização das atividades culturais da região; Incentivo à expressão cultural de todos; Incentivo de acesso ao crédito para pequenos e micro-empresários; consórcios municipais; planejamento regional participativo; desenvolvimento de Infraestrutura; divulgação dos projetos locais; capacitação ao empreendedorismo; criação de polo turístico.

Esses projetos são apresentados com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável da região e a força dos mesmos é de otimização de recursos, valorização das potencialidades locais e crescimento compartilhado.

Na tabela 4, será apresentado um levantamento de percentual de atingimento de metas. Para mensurar o nível de execução dos projetos, determinamos um peso de varia de 1 a 5 consideremos as fases de cada meta, sendo 1 para cancelado, 2 para em escopo, 3 para projeto, 4 em implantação e 5 concluído. Todos os projetos foram medidos com status em maio de 2015.

Tabela 4 – Levantamento de percentual de atingimento de metas
 Status, 1 - cancelado, 2 – escopo, 3 – projeto, 4 – implantação, 5 – concluído

ITEM	PROJETO	STATUS EM MAIO-2015	META	PESO DOS PROJETOS	PERCENTUAL DE META ATINGIDA
1	Casa do produtor (BR 101)	2	5	0,1	1,05%
2	Incubadora de empresas e negócios	2	5	0,1	1,05%
3	Psicultura cadeia produtiva da “Produção ao Beneficiamento”	2	5	0,1	1,05%
4	Beneficiamento dos produtos potenciais da região;	2	5	0,1	1,05%
5	Agroturismo diversificação agrícola numa perspectiva de desenvolvimento sustentável;	2	5	0,1	1,05%
6	Zoneamento de atividade da região;	2	5	0,1	1,05%
7	Gestão ambiental em propriedade rurais;	2	5	0,1	1,05%
8	Preservação e recuperação de matas ciliares e nascentes;	2	5	0,1	1,05%
9	Gestão de resíduos sólidos e saneamento;	4	5	0,2	2,11%
10	Criação de hortos municipais em áreas urbanas;	2	5	0,1	1,05%
11	Diversificação da atividade econômica: turismo, logística e outros;	2	5	0,1	1,05%
12	Assessoria regional para licenciamento ambiental;	2	5	0,1	1,05%
13	Desapropriação de terras para permitir a maior participação da pequena propriedade na produção agrícola regional;	2	5	0,1	1,05%
14	Infraestrutura para armazenamento de água;	2	5	0,1	1,05%
15	Ações conjuntas para elaborar projetos e captar recursos;	2	5	0,1	1,05%
16	Criação de cadastro regional de desempregados;	2	5	0,1	1,05%
17	Incentivo à agricultura Familiar	4	5	0,2	2,11%
18	Capitação laboral e empresarial;	2	5	0,1	1,05%
19	Realização de Zoneamento Agroecológico e de estudos relacionados aos impactos social, econômico advindos do crescimento econômico da região;	2	5	0,1	1,05%
20	Diversificação agropecuária com beneficiamento da produção: psicultura, silvicultura, fruticultura e outros;	2	5	0,1	1,05%
21	Industrialização da produção agrícola;	2	5	0,1	1,05%
22	Comercialização regional;	2	5	0,1	1,05%
23	Trabalho conjunto e participativo no âmbito público regional;	2	5	0,1	1,05%
24	Utilização regional de equipamentos para melhoria da infraestrutura	2	5	0,1	1,05%
25	Ações conjuntas para potencializar pequenos negócios na área urbana e na área rural;	2	5	0,1	1,05%
26	Incentivo à escola família;	2	5	0,1	1,05%
27	Melhoria e ampliação dos cursos técnicos profissionalizantes;	4	5	0,2	2,11%
28	Diversificação da oferta de cursos superiores na região;	4	5	0,2	2,11%
29	Diminuição da população analfabética;	3	5	0,15	1,58%
30	Valorização das atividades culturais da região;	3	5	0,15	1,58%
31	Incentivo à expressão cultural de todos	3	5	0,15	1,58%
32	Incentivo de acesso ao crédito para pequenos e microempresários;	2	5	0,1	1,05%
33	Consórcios municipais;	2	5	0,1	1,05%
34	Planejamento regional participativo;	2	5	0,1	1,05%
35	Desenvolvimento de Infraestrutura;	4	5	0,2	2,11%
36	Divulgação dos projetos locais;	2	5	0,1	1,05%
37	Capacitação ao empreendedorismo;	2	5	0,1	1,05%
38	Criação de polo turístico.	4	5	0,2	2,11%
				4,55	47,89%

3.4 ANÁLISE E DISCURSÃO DOS RESULTADOS

O consórcio de municípios Prodnorte, apresenta em sua essência os mecanismos necessários para a promoção do desenvolvimento da região do externo norte do Espírito Santo.

Pode-se observar dentro das análises feitas que a proposta direciona para uma melhora significativa dos aspectos econômicos sociais da região, onde observa-se na descrição dos objetivos, uma visão clara no estímulo de uma postura mais profissionalizante e sustentada, fazendo com que os municípios sejam capazes de crescer, valorizando os pontos em destaque que cada um possui.

É possível enfatizar a consolidação das opiniões e unificação de intenções, sendo valorizadas pela postura dos representantes de cada município, que demonstram total apoio ao projeto, o qual tem sido fundamental para o sucesso até aqui do Prodnorte.

Verifica-se que o consórcio possui um estatuto, que todos os representantes conhecem e atendem de forma sistêmica as exigências, porém foi apontada como ponto negativo a falta de reconhecimento institucionalizado do consórcio perante os planos estratégicos do governo do estado, como o PE2025 e PE2030.

Um outro ponto é o fato do consórcio não possuir um corpo técnico para dar suporte na criação de projetos, e entre outras funções promover uma maior interação do grupo com a definição métodos de mensuração da eficácia dos projetos propostos.

Nota-se que o consórcio demonstrou em relação a representatividade governamental, pois nas bases atuais o consórcio perde foco nos momentos de mudanças de governo, onde os representantes municipais voltam-se para a esfera da elegibilidade e deixa de lado projetos considerados secundários, pondo em risco a sustentação do consórcio.

Verifica-se que o consórcio traz consigo muitas variáveis positivas, validando assim a importante contextual para a região, observa-se que a atuação do consórcio já trouxe inúmeras vantagens para a região, e destaca-se aqui objetivos alcançados como:

- Valorização da região através de investimento em turismo, como exemplo destacamos o desenvolvimento do balneário de Mucurici;

- Investimento logístico nas estradas e BR's da região; destaca-se neste item a reabilitação da ES 313, no trecho Sayonara x Pinheiros; a rodovia ES 320, que liga Ecoporanga a Ponto Belo; a ES 209, que liga Montanha a Cristal do Norte – Pedro Canário; a ES 315 que liga Boa Esperança a São Mateus; a reabilitação e duplicação da Rodovia Othovarina Duarte Santos (ES 315) que liga São Mateus ao balneário de Guriri; a pavimentação da ES 010 entre Conceição da Barra e Vila de Itaúnas e a pavimentação asfáltica da ES 422, que liga Santana (Conceição da Barra) ao bairro Litorâneo (CEUNES/IFES – São Mateus).

Em relação à industrialização da região, o Prodnorte mostra-se numa busca contínua do desenvolvimento da mesma e agrega as forças políticas e econômicas de que dispõe e busca parcerias com as demais esferas de governo e com o setor privado para a instalação de indústrias dentro de sua área de abrangência. Estes esforços culminaram na instalação da Volare, (Empresa da Marcopolo, principal fábrica de veículos para o transporte de pessoas) em São Mateus, na Fábrica de café em capsula, pela Wine, em Jaguaré.

Na área da educação também foi observado, a atuação do Prodnorte, apesar da região contar com ensino superior gratuito e de qualidade através do IFES - campus de São Mateus e Nova Venécia, e com o CEUNES/UFES em São Mateus, era necessário um outro campus para atender as regiões mais distantes, e observamos a atuação do Prodnorte na interlocução com o Ministério da Educação junto com a gestão Municipal.

Na Saúde, destaca-se o centro de especialidades médicas em Nova Venécia, uma conquista também do consórcio em comum com a gestão municipal, onde a demanda da região será em grande parte atendida com o funcionamento deste centro, trazendo

uma melhor qualidade de vida para a população evitando que pacientes tenham que viajar horas por um atendimento e ainda foi aprovado a construção do Hospital Materno Infantil em São Mateus.

Na área de meio ambiente e sustentabilidade, o Prodnorte uniu forças para buscar soluções para um dos principais problemas da região, a escassez de recursos hídricos, e com um trabalho de sensibilização junto ao Governo do Estado, resultou na construção de 09 barragens para os municípios de abrangência do Prodnorte, o que corresponde a 33% e mais importante que isto, é o armazenamento de aproximadamente 11 milhões de m³ de água. Além destas destaca-se a barragem do Rio Itauninhas, convênio com o governo federal e que recebeu recursos do governo do estado para sua conclusão.

A Agricultura Familiar, também, ganha destaque, e verifica-se um caso de sucesso no município de Montanha, a criação do *Centro de Comercialização da Agricultura Familiar*, onde resultou na compra direta entre produtor e consumidor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo foi realizado com a proposta de uma análise consistente sobre o desenvolvimento de cidades em rede, com o objetivo de verificar as estratégias de desenvolvimento regional para o extremo norte capixaba, através do consórcio Prodnorte. Verifica-se, em todas as fases deste trabalho, as dificuldades e potencialidades de cada região.

Foi necessário no primeiro momento realizar uma abordagem desta realidade no contexto nacional e internacional e verifica-se uma tendência mundial de unificação de ideias e projetos, na busca pelo crescimento e desenvolvimento. A eminente necessidade de crescer, com qualidade e sustentabilidade é um fator que incide sobre todas as regiões potenciais e a busca por um desenvolvimento em conjunto é um caminho inequívoco e promissor.

Observa-se que a região apresenta, um valor real e sustentado de possibilidades de crescimento, conhecemos assim as principais características de cada município, e apontamos as possibilidades para uma valorização das potencialidades de cada um. No material avaliado, observa-se a intenção unanime de um desenvolvimento consistente, e uma postura de ajuda mútua de interesses, fortalecendo a defesa de projetos para a região.

Nas medições que foram feitas, considerando os devidos pesos, observamos uma necessidade de melhoria de conclusão dos projetos propostos, uma vez que o estudo apresenta um percentual inexistente de conclusões de projetos. Identificamos em um total de 38 projetos que, o status dos mesmos estão na sua maioria nas fases de escopo, projeto e implantação, totalizando um peso de 47,89% nestas fases apresentadas. Esse número nos força a levar em consideração a necessidade de tornar viável a consolidação consórcio, através da melhoria do resultado final das propostas apresentadas.

Não se pode negar a constante evolução observada nos municípios pertencentes ao consórcio, melhoras sutilmente percebidas em toda a região, mas para que haja uma

transformação efetiva, direta e consistente, o envolvimento de todos em garantir a execução dos projetos do início ao fim, garantirá a transformação esperada para esta região que conforme este trabalho, contém um valor potencial considerável, mas depende de ações planejadas para prover o crescimento sustentado esperado e proposto pelo Prodnot.

Verifica-se que as vantagens abrangem a todos que tomaram esta posição, e a postura de buscar um desenvolvimento em rede, salta aos olhos o avanço das cidades e regiões envolvidas, no caso específico do Prodnorte os ganhos são observados nas áreas de logística, educação, meio ambiente, saúde, agricultura familiar e agroturismo, posicionando a região no contexto estadual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASHER, Francois. **Os Novos Princípios do Urbanismo**. São Paulo, 2010.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. Porto, 2005.

COSTA, Eduardo José Monteiro. **Arranjos Produtivos Locais, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional**. Brasília, 2010.

CORREA, Roberto Lobato. **Estudos Sobre a Rede Urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

GONÇALVES, Douglas Cerqueira. **Red de Ciudades y Política Urbana Regionalización y Contextualización**. ED. UNAM, México, 2012.

ESPÍRITO SANTO. **Plano Estratégico de Desenvolvimento 2025**. Secretaria de Estado de Economia e Planejamento. Vitória (ES), 2006.

ESPÍRITO SANTO. **Plano Estratégico de Desenvolvimento 2030**. Secretaria de Estado de Economia e Planejamento. Vitória (ES), 2013.

RELATÓRIO. **Apresentação de Resultados**. INSTITUTO ECOS, Vitoria, 2007.

MENEGHETTI NETO, Alfredo. **Redes de Cidades: Cooperação, estratégias de desenvolvimento, limitações consitucionais e divergências – o Caso da Rede Mercocidades**. Tese de Doutorado, PUC/RS, 2005.

PEREIRA, Rafael e FURTADO, Bernardo (Org.). **Dinâmica Urbano-Regional: rede urbana e suas interfaces**. Brasília: IPEA, 2011.

ROMERO, J. L. **Latinoamérica: Las Ciudades y las Ideas**. Siglo Veintiuno Editores, Buenos Aires, 1986

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado, Fundamentos Teóricos e Metodológico da Geografia**. Ed. Hucitec. São Paulo, 1988.

SOUZA, Marcelo Lopes. **ABC do Desenvolvimento Urbano**. Rio de Janeiro: ED. Bertrand Brasil, 2003.

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO - Rede de Cidades: Cooperação e Estratégias de Desenvolvimento Regional. O Caso Prodnorte.

01) Como nasceu o projeto?

02) O que motivou a criação do Prodnorte?

03) Qual o maior problema da região?

04) Qual foi o passo inicial para a criação do consórcio:

05) Quais eram outras fragilidades da região.

06) Qual foi a primeira ação?

07) Formalmente o que foi apresentado como proposta?

08) O projeto tem representação política?

09) Quais foram os problemas mais críticos apontados para a região?

10) O consórcio é um projeto institucionalizado?

() sim () Não

11) Qual o projeto de maior destaque?

12) O consórcio tem alguma ferramenta de medição quanto ao alcance de metas?

13) Quais os ganhos que o consórcio já proporcionou para a região?

14) Houve algum investimento privado na região? Quais?

() sim () Não

APÊNDICE B – ESTATUTO SOCIAL DO CONSÓRCIO PRONORTE



Associação dos Municípios para o
Desenvolvimento Regional sustentável do Extremo Norte Capixaba

ESTATUTO SOCIAL

TÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, CONSTITUIÇÃO, SEDE, FINS, DIRETRIZES E DURAÇÃO

Capítulo I

Da Denominação

Art. 1º – A Associação dos Municípios para o Desenvolvimento Regional Sustentável do Extremo Norte Capixaba, que adota a sigla PRODNORTE para sua identificação, é uma associação com personalidade jurídica de direito privado, sem fins econômicos e sem vínculo político partidário, com autonomia administrativa e financeira, regendo-se pelo Código Civil, pelo presente Estatuto e pelas disposições legais aplicáveis.

§ **Único:** A Associação dos Municípios para o Desenvolvimento Regional Sustentável do Extremo Norte Capixaba adotará logomarca, podendo também ser denominado simplesmente PRODNORTE.

Capítulo II Da Constituição, Sede, Duração e Diretrizes

Art. 2º – A Associação será constituída pelos municípios do Extremo Norte Capixaba, pessoas jurídicas de direito público da esfera municipal, que possuam leis municipais autorizativas de filiação à entidade.

§ **1º** A Associação será composta pelos seguintes municípios e suas respectivas leis autorizativas: Boa Esperança – Lei nº. 1341/2008, Conceição da Barra – Lei nº. 2425/2008, Ecoporanga – Lei nº. 1332/2007, Montanha – Lei nº. 672/2007, Mucurici – Lei nº. 470/2007, Pedro Canário – Lei nº. 748/2008, Pinheiros – Lei nº. 908/2008 e Ponto Belo – Lei nº. 246/2007.

§ **2º** Poderão se integrar ao Prodnorte os municípios originados de desmembramentos dos municípios acima denominados e ainda outros municípios limítrofes que manifestarem o desejo de a ela se associar, por meio de legislação municipal e que obtenham a aprovação de 2/3 (dois terços) do órgão deliberativo superior da entidade, na forma deste Estatuto.

Art. 3º – A área de atuação do Prodnorte será formada pelo território dos Municípios que a integram, constituindo uma unidade territorial, inexistindo limites intermunicipais para as finalidades a que se propõe, respeitadas as autonomias municipais.

§ **Único:** A Associação terá sua sede no município cujo prefeito for o presidente e foro na cidade de Vitória ou aonde a Assembleia Geral venha definir.

Art. 4º – A Associação terá período de duração indeterminado e seu exercício social coincidirá com o ano civil.

§ **Único:** A Entidade atuará em regime de íntima cooperação com as entidades congêneres e afins, bem como, órgãos estaduais, federais, entidades públicas e privadas.

Art. 5º – Atendidas as disposições contidas neste Estatuto, a Diretoria aprovará o Regimento Interno, as suas atribuições e regras necessárias ao funcionamento de entidade.

§ **Único:** Constitui finalidade essencial do Prodnorte congregar os municípios associados num Fórum permanente de debates acerca das questões comuns das municipalidades, além de

prestar-lhes serviço de natureza técnica especializada, em complementação aos desenvolvidos pelo pessoal próprio dos Municípios.

Art. 6º – O Prodnorte adota o Planejamento como princípio, pugnando por sua necessidade e continuidade.

§ Único: Para atender ao disposto no enunciado deste artigo, a Associação propõe-se, em colaboração com os técnicos municipais e com as comunidades envolvidas, a desenvolver planos, programas e projetos de desenvolvimento regional sustentável.

Capítulo III Dos Fins

Art. 7º – A Associação tem como finalidade, respeitada a autonomia municipal:

- I – Congregar esforços, visando o planejamento, a coordenação e a execução de atividades de interesse comum dos consorciados.
- II – Preservar, defender e recuperar os recursos naturais da região do Extremo Norte Capixaba.
- III – Promover o Desenvolvimento Regional Sustentável.
- IV – Constituir o Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Regional Sustentável do Extremo Norte Capixaba.

Art. 8º – Para a execução de suas atividades o Prodnorte poderá desenvolver as seguintes atividades:

I – Representar seus consorciados em assuntos de interesse comum e de caráter socioeconômico e ambiental perante qualquer entidade de direito público privado ou internacional.

II – Ampliar e fortalecer a capacidade econômica, ambiental e social dos municípios, prestando-lhes assistência técnica.

III – Mobilizar os municípios visando defender e reivindicar os interesses das administrações municipais do Extremo Norte Capixaba, junto às demais esferas de governo, bem como frente à sociedade.

IV – Assessorar os municípios associados na adoção de políticas econômicas, sociais e ambientais, auxiliar e estimular a discussão e a implementação junto aos municípios associados de políticas públicas visando o Desenvolvimento Regional Sustentável.

V – Financiar e participar de convênios e contratos para a elaboração e implementação de estudos, planos, projetos e programas de interesse dos municípios associados.

VI – Estimular a sustentabilidade, o bom uso e a recuperação de recursos naturais.

VII – Conjugar, estimular e coordenar a utilização de recursos técnicos e financeiros da União, Estado e Municípios associados, mediante acordos ou contratos intermunicipais para a solução de problemas socioeconômicos comuns.

VIII – Estimular e auxiliar na organização de fóruns, seminários e assembleias, nas diversas áreas de atuação dos municípios, visando ações integradas.

IX – Reivindicar a descentralização dos serviços públicos estaduais e federais, garantindo aos municípios recursos para a prestação destes serviços.

X – Elaborar estudos e levantamentos sobre os problemas e potencialidades do extremo Norte Capixaba para que indiquem prioridades nos atendimentos pelos poderes públicos.

XI – Promover formas articuladas de planejamento do Desenvolvimento Regional Sustentável, criando mecanismos conjuntos para capacitação de capital humano, consultorias, estudos, execução e controle de atividades que interfiram na qualidade de vida, na área compreendida pelo território dos Municípios associados.

XII – Desenvolver serviços e outras atividades de interesse dos Municípios associados de acordo com os programas de trabalho aprovados pela Assembleia Geral.

XII – Fomentar nas administrações públicas a criação de mecanismos que visem ações planejadas, transparentes e o equilíbrio das contas públicas.

XIV - Constituir-se num centro de documentação sobre a região.

XV – Opinar sobre os planos de desenvolvimento dos Municípios associados, com vistas à sua compatibilização, em função dos interesses regionais.

TÍTULO II

DOS ASSOCIADOS

Capítulo I Das Disposições Gerais

Art. 9º – os associados serão distribuídos nas seguintes categorias:

I – **Sócios Fundadores:** São aqueles que participaram da Assembleia de Constituição da entidade e assinaram a respectiva ata e que venham a pagar anuidade.

II – **Sócios Beneméritos:** São aqueles que por prestarem à entidade relevantes serviços, quer seja por atividade voluntária, quer seja por doações e contribuições, sendo os mesmos indicados espontaneamente pela Assembleia Geral, não tendo direito a voto e não podendo ser votado e isento de pagamento de anuidade.

III – **Sócios Efetivos:** São aqueles que, contribuindo com anuidade, no exercício de seu mandato, para a manutenção da Associação representam o Poder Executivo Municipal.

Capítulo II Da Admissão, Demissão e Exclusão

Art. 10 – A admissão do associado dependerá de ato formal de seu representante a ser apresentado em Assembleia Geral, desde que previamente o ato seja objeto de autorização legislativa.

§ **Único:** O representante deverá preencher uma ficha cadastral e, uma vez aprovado, da categoria que pertence.

Art. 11 – É assegurado aos municípios que vierem a ser criados por desmembramento dos municípios participantes da Associação o direito de integrá-la desde que venha a concordar com este Estatuto.

§ **Único:** O município que desejar fazer parte da Associação e tiver sua inclusão aprovada pela Assembleia, deverá pagar um valor de entrada, estipulado pela Assembleia Geral, em virtude do Prodnorte já ter sido implantado, estar operando e com patrimônio já constituído.

Art. 12 – A Demissão dar-se-á a pedido do município interessado, mediante carta dirigida ao presidente, não podendo ser negada.

§ **Único:** A saída espontânea do ente associado do Prodnorte dependerá de ato formal de seu representante na Assembleia Geral, desde que, previamente o ato de retirada seja objeto de autorização legislativa.

Art. 13 – A Exclusão será aplicada pelo presidente ao associado que infringir qualquer disposição legal ou estatutária, depois do infrator ter sido notificado por escrito.

§ **1º.** O associado excluído poderá recorrer para a Assembleia Geral dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento da notificação.

§ **2º.** O recurso terá efeito suspensivo até a realização da primeira Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária e deverá constar, obrigatoriamente, do ato convocatório.

§ **3º.** A eliminação perdurará até que o infrator venha alinhar-se com os critérios e exigências adotadas em consonância com a Assembleia Geral e com este Estatuto no seu Art. 15.

Capítulo III

Dos Direitos, Deveres e Responsabilidades Art. 14 – São direitos do associado:

- I** – Gozar de todas as vantagens e benefícios que a Associação venha a conceder.
- II** – Votar e ser votado, desde que sócio efetivo, para membro da Diretoria ou do Conselho Fiscal, a partir do momento que completar 90 (noventa) dias como associado.
- III** – Participar das reuniões da Assembleia Geral, discutindo e votando, quando couber, os assuntos que nelas se tratarem.
- IV** – Consultar todos os livros e documentos da Associação, em épocas próprias.
- V** – Solicitar, a qualquer tempo, sob compromisso de sigilo, esclarecimentos e informações sobre as atividades da Associação e propor medidas que julgue de interesse para o aperfeiçoamento e desenvolvimento.
- VI** – Convocar a Assembleia Geral e fazer-se nela representar, nos termos e nas condições previstas neste Estatuto.
- VII** – Demitir-se da Associação quando lhe convier.

Art. 15 – São deveres do associado:

- I** – Cumprir e fazer cumprir o estabelecido neste Estatuto, no Regimento Interno e nas eventuais resoluções observando as disposições legais e estatutárias, bem como as deliberações regularmente tomadas pela Diretoria e pela Assembleia Geral.
- II** – Respeitar os compromissos assumidos para com a Associação.
- III** – Fazer constar na Lei do Orçamento Anual, a verba suficiente para efetuar as despesas obrigatórias mensais em favor do Prodnorte e ainda um excedente de 20 % destinado a eventuais contribuições extraordinárias, nos respectivos valores por município, segundo dispõe este Estatuto.
- IV** – Contribuir, por todos os meios a seu alcance, para o bom nome e para o progresso da Associação.
- V** – Contribuir com recursos financeiros, que excedam às contribuições mensais, sempre que, por decisão de 2/3 (dois terços) da Assembleia Geral, forem aprovadas pelo Conselho Fiscal.
- VI** – Comparecer, por meio do Chefe do Executivo, a todas as reuniões da Assembleia Geral da Diretoria e do Conselho Fiscal.

Art. 16 – Os associados não responderão, ainda que subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela Associação, salvo aquelas deliberadas em Assembleia Geral e na forma em que o forem.

TÍTULO III

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL, SOCIAL, DA ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Capítulo I Da Estrutura Organizacional

Art. 17 – A estrutura organizacional da Associação Intermunicipal do Prodnorte compor-se-á, além de outras definidas no Regimento Interno por:

- I** – Assembleia Geral;
- II** – Diretoria;
- III** – Conselho Fiscal;
- IV** – Conselho Técnico;
- V** – Secretaria Executiva.

Seção I – Da Assembleia Geral

Art. 18 – A Assembleia Geral dos associados é o Órgão Supremo da Associação e dentro dos limites legais, e deste Estatuto, poderá tomar toda e qualquer decisão de interesse da sociedade e suas deliberações vinculam e obrigam a todos, ainda que ausentes ou discordantes e suas decisões são irrecorríveis.

Art. 19 – Compete privativamente à Assembleia Geral:

- I** – Eleger e destituir os membros da Diretoria: Presidente, Vice-Presidente, 1º Tesoureiro, 2º Tesoureiro, Secretário Deliberativo, e do Conselho Fiscal.
- II** – Aprovar as contas com parecer prévio do Conselho Fiscal.
- III** – Elaborar, aprovar e alterar o Protocolo de Intenções, o Estatuto e o Regimento Interno.
- IV** – Decidir sobre o ingresso de novos associados e sobre a dissolução da Associação.
- V** – Julgar recursos que versem sobre a exclusão de associados.
- VI** – Estabelecer a sede da Associação.
- VII** – A criação de cargos para compor a estrutura administrativa e operacional da Associação, bem como do Consórcio.

§ Único: Para as deliberações a que se refere o inciso I deste artigo, é exigida a deliberação da Assembleia especialmente convocada para este fim, cujo quórum e o critério de eleição serão estabelecidos no Regimento Interno.

Art. 20 – As Assembleias Gerais deliberarão com a presença da maioria simples de seus filiados, ou seja, no mínimo 50 % (cinquenta por cento), mais um, dos filiados da Associação Intermunicipal do Prodnorte.

§ 1º - As normas para convocação e funcionamento da assembleia Geral, Ordinária e Extraordinária, inclusive para elaboração, aprovação e modificação do Consórcio Intermunicipal do Prodnorte são as dispostas no Regimento Interno da Associação dos municípios do Prodnorte.

§ 2º - A convocação da assembleia Geral far-se-á com três oitavos 2/3 (dois terços) dos associados, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis, através de correspondência recebida e ou publicação em jornal de grande circulação.

Art. 21 – Cada ente associado, com direito a voto, possui na Assembleia Geral, direito a 1 (um) voto, sendo vetado o voto por procuração.

Art. 22 – A eleição dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal da Associação dos Municípios do Prodnorte dar-se-á entre os prefeitos dos municípios associados, e se fará por meio de chapas onde constarão os nomes de todos os integrantes de cada chapa, com indicação dos cargos que ocuparão e será considerada eleita a chapa que obtiver a maioria simples dos votos de seus filiados.

§ Único: Em caso de empate entre as duas chapas, essas irão submeter-se à nova votação.

Art. 23 – Ocorrendo destituição, que possa comprometer a regularidade da administração ou fiscalização da Associação, a Assembleia Geral poderá designar o Presidente e o Conselho Fiscal, até a posse dos novos, cuja eleição se fará no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Art. 24 – O que ocorrer nas reuniões de Assembleia Geral deverá constar de ata, aprovada e assinada pelos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal e por todos os associados presentes na assembleia.

Art. 25 – Compete à Assembleia Geral Ordinária, em especial:

- I** – Apreçar e votar o relatório, balanço e contas da Diretoria e Secretarias Executivas e o parecer do Conselho Fiscal.
- II** – Eleger e empossar os membros da Diretoria e do conselho Fiscal.
- III** – Deliberar sobre assuntos relacionados com os objetivos da Associação.

- IV** – Estabelecer a orientação superior da Associação, recomendando o estudo de soluções para os problemas administrativos, econômicos e sociais da região.
- V** – Definir a política financeira, bem como os programas de investimento dos Consórcios.
- VI** – Estabelecer o quadro de pessoal técnico e administrativo da Associação.
- VII** – Estabelecer o valor da contribuição anual dos associados.
- VIII** – Constituir Comissões Especiais para instituir as proposições a serem submetidas à deliberação do plenário.
- IX** – Conceder títulos honoríficos a pessoas físicas ou jurídicas que por sua colaboração à Associação o mereça.
- X** – Deliberar sobre quaisquer assuntos de interesse social, excetuando-se os numerados no Art. 27 deste Estatuto.

Art. 26 – Compete às Comissões Especiais da Assembleia Geral dar pareceres e sugerir emendas às proposições a elas submetidas.

Art. 27 – Compete à Assembleia Geral Extraordinária, em especial:

- I** – Deliberar sobre a dissolução voluntária da associação e, neste caso, nomear os liquidantes e votar as respectivas contas.
- II** – Decidir sobre a mudança do objetivo e sobre a reforma do Estatuto Social.
- III** – Outros assuntos de interesses da sociedade.

Capítulo II Da Diretoria, da Fiscalização e da Administração Seção I – Da Diretoria

Art. 28 – A direção, fiscalização e administração da Associação dos Municípios associados ao Prodnorte serão exercidas, respectivamente, por uma Diretoria, por um Conselho Fiscal, e por uma Secretaria Executiva.

Art. 29 – A Diretoria será constituída por cinco membros efetivos, com as designações de Presidente, Vice-Presidente, 1º Tesoureiro, 2º Tesoureiro e Secretário Deliberativo.

Art. 30 - A Diretoria reunir-se-á, ordinariamente, trimestralmente e, extraordinariamente, sempre que for convocada pelo Presidente, ou por solicitação do Conselho Fiscal.

§ Único: Será lavrada Ata de cada reunião, em livro próprio, assinada por todos os presentes, no qual serão indicados os nomes dos que comparecerem e as resoluções tomadas.

Art. 31 – Compete à Diretoria, em especial:

- I** – Estabelecer normas, orientar e controlar todas as atividades e serviços da Associação.
- II** – Aprovar os planos de atividades e respectivos orçamentos, bem como quaisquer programas próprios de investimento.
- III** – Propor à Assembleia Geral o valor da contribuição anual dos associados e fixar as taxas destinadas a cobrir as despesas operacionais e outras.
- IV** – Contrair obrigações, transigir, adquirir, alienar ou onerar bens móveis, ceder direitos e constituir mandatários com expressa autorização da Assembleia Geral.
- V** – Adquirir, alienar ou onerar bens imóveis com expressa autorização da Assembleia Geral.
- VI** – Deliberar sobre a admissão, demissão, eliminação ou exclusão de associados.
- VII** – Aprovar a contratação e estabelecer os níveis de remuneração dos empregados da Associação contratados na forma da legislação trabalhista, de acordo com o quadro de pessoal aprovado pela Assembleia Geral.
- VIII** – Indicar o banco ou os bancos nos quais deverão ser feitos depósitos do numerário disponível e fixar o limite máximo que poderá ser mantido em caixa.

- IX** – Zelar pelo cumprimento das disposições legais e estatutárias e pelas deliberações tomadas em Assembleia Geral.
- X** – Deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral.
- XI** – Apresentar à Assembleia geral Ordinária os relatórios e as contas com o parecer do Conselho Fiscal.
- XII** – Elaborar o programa anual de trabalho da Associação.
- XIII** – Elaborar e divulgar o relatório mensal de atividades da Associação.
- XIV** – Elaborar o Regimento interno.

Art. 32 – Compete ao Presidente:

- I** – Supervisionar as atividades da Associação, através do Conselho Fiscal e do Secretário Executivo.
- II** – Gerir o patrimônio da Associação.
- III** – Encaminhar as relações de decisões da Assembleia Geral para estudo e pronunciamento da Secretaria Executiva.
 - Nomear o Secretário Executivo e o Conselho Técnico que será composto por membros representantes dos associados.
- V** – Constituir Câmaras Técnicas subordinadas ao Conselho Técnico para estudos e elaboração de planos e projetos técnicos.
- VI** – Executar ou determinar a execução das deliberações da Assembleia Geral.
- VII** – Autorizar os pagamentos e movimentar os recursos financeiros da Associação através de cheques bancários nominais, que assinará em conjunto com o tesoureiro e verificar frequentemente o saldo de “caixa”.
- VII** – Convocar e presidir reuniões da Assembleia Geral.
- IX** – Apresentar à Assembleia Geral o relatório e o balanço anual, com o parecer do Conselho Fiscal.
- X** – Representar a Associação, em juízo e fora dele.

§ Único: Compete ao Vice-Presidente assumir e exercer as funções do presidente, no caso de ausência ou vacância, bem como assumir atribuições delegadas pelo Presidente.

Art. 33 – Compete ao Tesoureiro:

- I** – Arrecadar as receitas e depositar o numerário no banco ou bancos designados pelo Presidente.
- II** – Proceder exclusivamente através de cheques bancários aos pagamentos autorizados pelo Presidente.
- III** – Proceder ou mandar proceder à escrituração do livro auxiliar de caixa, visando-o e mantendo-o sob sua responsabilidade.
- IV** – Zelar pelo recolhimento das obrigações fiscais, tributárias, previdenciárias e outras, devidas ou da responsabilidade da Associação.
- V** – Assinar com o Presidente todos os documentos de ordem econômica.
- VI** – Assumir outras atribuições delegadas pelo Presidente.

Seção II – Do Conselho Fiscal

Art. 34 – O Conselho Fiscal será constituído de 3 (três) membros efetivos, eleitos pela Assembleia Geral para um mandato de 2 (dois) anos, entre associados em pleno gozo de seus direitos sociais, juntamente com a Diretoria, sendo permitida a reeleição por mais um mandato.

§ Único: Os membros da Comissão Fiscal elegerão entre si um Presidente, que será responsável pelo seu funcionamento.

§ 1º - O Conselho Fiscal reunir-se-á sempre que necessário com a participação de pelo menos 2 (dois) de seus membros.

§ 2º - Será lavrada Ata de cada reunião, em livro próprio, no qual serão indicados os nomes dos que compareceram e as resoluções tomadas e será assinada por todos os presentes.

Ar. 35 – Compete ao Conselho Fiscal:

- I** – Analisar e fiscalizar as ações financeiras e a execução orçamentária da Associação e dar parecer na prestação de contas da Presidência, e dos demais atos financeiros, tendo por base o disposto em Lei.
- II** – Examinar os livros de escrituração da Associação.
- III** – Opinar sobre os balanços e relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores da entidade, sob os aspectos da legalidade e legitimidade.
- IV** – Requisitar ao Tesoureiro, a qualquer tempo, documentação comprobatória das operações econômico-financeiras realizadas pela instituição.
- V** – Solicitar contratação e acompanhar os trabalhos de eventuais auditores externos independentes.
- VI** – Opinar sobre a dissolução e liquidação da Associação.
- VII** – Denunciar à Assembleia Geral erros, fraudes ou incorreções que detectar nas finanças da Associação.
- VIII** – Substituir o Presidente, Vice-Presidente, Secretário Deliberativo e os Tesoureiros, em caso de ausência ou vacância.
- IX** – Convocar extraordinariamente a Assembleia Geral.

§ **Único** – Nos impedimentos superiores a 90 (noventa) dias, ou vagando, a qualquer tempo, algum cargo da Diretoria, os membros da comissão Fiscal deverão convocar a Assembleia Geral para o devido preenchimento.

Seção IV – Da Secretaria Executiva Art. 36 – Compete ao Secretário Executivo:

- I** – Lavrar ou mandar lavrar as atas das reuniões da Diretoria e da Assembleia Geral, tendo sob suas responsabilidades os respectivos livros.
- II** – Elaborar ou mandar elaborar as correspondências, relatórios e outros documentos análogos.
- III** – Zelar para que a contabilidade da Associação seja mantida em ordem e em dia.
- IV** – Verificar e visar os documentos de receitas e despesas.
- V** – Propor, periodicamente, ao Presidente a estruturação dos serviços administrativos.
- VI** – Estabelecer intercâmbio de natureza técnica entre a Associação e entidades públicas e privadas.
- VII** – Divulgar as resoluções da Assembleia Geral.
- VIII** – Propor ao Presidente a constituição de grupos de trabalho com objetivos específicos e de duração temporária.
- IX** – Remeter, periodicamente, os relatórios sobre as atividades da Associação, bem como outros trabalhos pertinentes que a mesma solicitar.
- X** – Propor assistência técnica nas áreas administrativas, jurídicas e contábeis aos associados.
- XI** – Propor estudos de modernização da estrutura administrativa das prefeituras associadas.

Seção V (IV) – Do Conselho Técnico Art. 37 – Compete ao Conselho Técnico:

- I** – Promover a execução das atividades do Consórcio Prodnorte.

- II** – Elaborar planos de atividades e a proposta orçamentária anuais a serem submetidas à Diretoria e Assembleia Geral da Associação.
 - III** – Elaborar o balanço e o relatório de atividades anuais a serem submetidos à Diretoria e Assembleia Geral da Associação.
 - IV** – Elaborar balancetes para ciência do Conselho Fiscal, que o apresentará à Assembleia Geral.
 - V** – Coordenar e supervisionar as Linhas de Ações estabelecidas pelo Consórcio.
 - VI** – Submeter à Diretoria a criação de Câmaras Técnicas para desenvolver estudos e projetos, e planejamento de trabalhos específicos.
 - VII** – viabilizar e operar tecnicamente o Consórcio Intermunicipal do Prodnorte.
- § Único** – As Câmaras Técnicas subordinadas aos membros do Conselho Técnico serão o suporte da Associação, devendo ser criadas tantas quantas forem necessárias ao atendimento das suas atribuições.

TÍTULO IV

DO PROCESSO ELEITORAL

Art. 40 – **Sempre que for prevista** a ocorrência de Eleições em Assembleia Geral, o Conselho Fiscal, com antecedência de 30 (trinta) dias criará um Comitê Especial composto de 2 (dois) membros, todos não candidatos a cargos eletivos na Associação, que coordenarão os trabalhos, relativos à eleição.

§ Único – A convocação da Assembleia Geral para eleição será feita por meio de carta registrada, endereçada a todos os sócios, ou mediante recibo, ou ainda, através de publicação em jornal de grande circulação, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias úteis.

Art. 41 – No exercício de suas funções, compete ao Comitê especialmente:

- I** – Certificar-se dos prazos de vencimento dos mandatos dos conselheiros em exercício e do número de vagas existentes.
 - II** – Divulgar entre os associados, através de circulares e/ou outros meios adequados, o número e a natureza das vagas a preencher.
 - III** – Registrar os nomes dos candidatos, pela ordem de inscrição, verificando se estão no gozo de seus direitos sociais.
 - IV** – Realizar consultas e promover entendimentos para a composição de chapas ou unificação de candidaturas se for o caso.
 - V** – Estudar as impugnações, prévia ou posteriormente formuladas por associados no gozo de seus direitos sociais, bem como as denúncias de irregularidade nas eleições, encaminhando suas conclusões à Assembleia Geral, para que ela tome as providências legais cabíveis.
- § 1º** - O Comitê fixará prazo para a inscrição de candidatos, de modo que possam ser conhecidos e divulgados os nomes 10 (dez) dias corridos antes da data da Assembleia Geral que vai proceder às eleições.
- § 2º** - Não se apresentando candidato ou sendo o número insuficiente, caberá ao Comitê proceder a seleção entre interessados que atendam as condições exigidas e que concordem com as normas e formalidades aqui previstas.

Art. 42 – O Presidente da assembleia Geral suspenderá o trabalho desta, para que o Coordenador do Comitê dirija o processo das eleições e a proclamação dos eleitos.

§ 1º - O transcurso das eleições e os nomes dos eleitos constarão da Ata da Assembleia Geral.

§ 2º - Os eleitos para suprir vacância no Conselho Fiscal exercerão os cargos somente até o final do mandato dos respectivos antecessores.

§ 3º - A posse ocorrerá sempre na Assembleia Geral em que se realizarem as eleições, depois de encerrada a ordem do dia.

Art. 43 – Por motivo de força maior, não se efetivando a eleição no mês de janeiro, os prazos dos mandatos da Diretoria e do conselho Fiscal em exercício consideram-se automaticamente prorrogados pelo tempo necessário até que se efetive a sucessão, nunca além de 90 (noventa) dias.

TÍTULO V

DA CONTABILIDADE, DOS LIVROS, DA DISSOLUÇÃO

Capítulo I

Da Contabilidade

Art. 44 – A contabilidade da Associação obedecerá às disposições legais ou normativas vigentes, e tanto ela como os demais registros obrigatórios deverão ser mantidos em perfeita ordem e em dia.

§ **Único** – As contas, sempre que possível, serão apuradas segundo a natureza das operações e serviços e o balanço geral levantado a 31 de dezembro de cada ano.

Capítulo II Dos Livros

Art.45 – A Associação deverá ter:

- I** – Livro de matrícula de associados.
- II** – Livro de Atas de reunião da Diretoria.
- III** – Livro de atas de reunião do Conselho Fiscal.
- IV** – Livro de atas da assembleia Geral.
- V** – Livro de presença dos associados em Assembleias.
- VI** – Outros livros fiscais, contábeis, exigidos pela lei e ou Regimento Interno.

Capítulo III Da Dissolução

Art. 46 – A Associação dos Municípios para o Desenvolvimento Regional Sustentável do Extremo Norte Capixaba só será dissolvida por vontade manifestada em Assembleia Geral extraordinária, expressamente convocada para esse fim.

Art. 47 – em caso de dissolução, e liquidados os compromissos assumidos, a parte remanescente do patrimônio não poderá ser distribuída entre os associados, sendo doada a instituições congêneres, sediadas na região do Extremo Norte, legalmente constituída, e em atividade para ser aplicada nas mesmas finalidades da Associação dissolvida.

§ **Único** – Não havendo sociedade qualificada nos termos deste artigo, o remanescente será destinado ao Fundo Social de Solidariedade

TÍTULO VI

DO PATRIMÔNIO

Art. 48 – O patrimônio da associação será constituído:

- I** – Dos bens móveis e imóveis;
- II** – Contribuição dos sócios;
- III** – Doações nacionais, internacionais, de pessoas físicas e jurídicas;
- IV** – Atividades junto ao segmento empresarial e demais segmentos sociais, por meio de repasses de recursos e concomitantes gerenciamento de projetos e serviços específicos, e quaisquer tipos de atividades que sirvam aos objetivos da Associação, previstas nas finalidades e objetivos institucionais previstos neste Estatuto;

- V – De subvenções ou auxílios prestados por entidades de direito público ou privado, municipal, estadual, federal e internacional;
- VI – Bens de qualquer tipo que venha a adquirir;
- VII – Bens de outras instituições ou fundações congêneres que venham a ser extintas e que lhes sejam atribuídos;
- VIII – Dotações Orçamentárias a ela destinada;
- IX – Rendimentos financeiros;
- X – **Títulos** mercantis e valores financeiros, havidos no ato da fundação, adquiridos posteriormente, por qualquer forma legítima de direito ou por doação de pessoas jurídicas e/ou físicas, de direito público ou privado, nacionais ou internacionais.

Art. 49 – A propriedade e os direitos relativos a bens imóveis que constituírem o patrimônio da Associação, não poderão ser alienados, permutados, ou sobre eles instituídos ônus reais, sem que tenha havido autorização previa da Assembleia Geral.

TÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 50 – A cota de contribuição mensal dos municípios associados/consorciados será de até 0,2 (zero ponto dois) a 2,0 (dois ponto zero) por cento do Fundo de Participação Municipal e será suprida até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente.

Art. 51 – É vedada a remuneração dos cargos de presidência (de Diretoria) e do Conselho Fiscal sob qualquer forma ou pretexto.

Art. 52 – a associação poderá remunerar os membros integrantes de sua estrutura organizacional que efetivamente atuam na gestão administrativa e aqueles que lhes prestam serviços específicos, não distribuindo lucros e dividendos a qualquer título ou sob nenhum pretexto, sendo que eventuais *superávits* de quaisquer exercícios financeiros serão destinados à consecução de suas finalidades e objetivos estatutários e aplicados nos municípios associados, no sustento de suas obras e atividades e no desenvolvimento de suas finalidades sociais.

Art. 52 – Deverá ser publicado, anualmente, o Relatório Geral de atividades da Associação.

Art. 53 – Cada município reconhecerá, em especial, a sua condição de membro da Associação e dos Consórcios, obrigando-se aos deveres impostos pelo presente Estatuto.

Art. 54 – Para firmar compromisso com o Desenvolvimento Regional Sustentável do Extremo Norte Capixaba, fica constituído o Consórcio Intermunicipal do Prodnorte.

Art. 55 – O Presidente poderá providenciar, em qualquer tempo, o reconhecimento da Associação como entidade de utilidade pública.

Art. 56 – É vedado à Associação envolver-se em assuntos que não estejam de acordo com seus objetivos.

Art. 57 – A utilização dos recursos da Associação beneficiará, qualitativamente, os municípios na mesma proporção.

Art. 58 – Os mandatos da Diretoria e do Conselho Fiscal perdurarão até a realização da Assembleia Geral Ordinária, correspondente ao seu término.

Art. 59 – Os casos omissos serão resolvidos pela Assembleia Geral, ouvidas as entidades ou órgãos competentes, ou de acordo com a lei, quando a capacidade de seus órgãos sociais for insuficiente para tanto.

Art. 60 – Para movimentação bancária, celebrações de contratos de qualquer natureza, cessão de direitos e constituição de mandatários, serão sempre necessárias as assinaturas do Presidente e do Tesoureiro, conjuntamente, ou em caso de ausência destes, por seus substitutos.

Art. 61 – O Regimento Interno será constituído com base neste Estatuto por normas estabelecidas pela Diretoria, baixadas sob a forma de resolução.

Art. 62 – Este Estatuto poderá ser reformado, no todo ou em parte, mediante deliberação tomada em Assembleia Geral Extraordinária, observado o disposto neste Estatuto.

Art. 63 – O presente Estatuto foi aprovado em assembleia Geral, realizada nesta data e entrará em vigor a partir da data de seu registro.

Mucurici, 03 de abril de 2009